



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1 Em 13 de abril de 2022, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Alto São Francisco (URC ASF) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência, conforme
4 condições estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM CRH nº
5 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros
6 titulares e suplentes: Presidente José Augusto Dutra Bueno, da Diretoria
7 de Controle Processual da SUPRAM Alto São Francisco. Representantes
8 do Poder Público: Wellington Dias Silveira, da Secretaria de Estado de
9 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Igor Messias da Silva, da
10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Elaine
11 Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo, da Secretaria de Estado de
12 Educação (SEE); Sandra Meire Guimarães, da Secretaria de Estado de
13 Desenvolvimento Social (SEDESE); 1º Ten. Flávio Borges Silva, da Polícia
14 Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); José Hugo Rodrigues, do
15 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
16 (CREA/MG); Lucas Silva e Greco, do Ministério Público do Estado de
17 Minas Gerais (MPMG); Ana Luiza Silva Rodrigues, da Prefeitura de Pains.
18 Representantes da Sociedade Civil: Túlio Pereira de Sá, Federação das
19 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Edécio José Cançado
20 Ferreira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
21 Gerais (FAEMG); Herivelton dos Santos, da Federação das Associações
22 Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Ronaldo
23 José Borges, da Associação dos Mineradores de Pains, Arcos e região
24 (AMPAR); Claiton Majela da Silva Miranda, da Associação Nordeste
25 Reflorestamento e Educação; Prof. Geraldo Tadeu Rezende Silveira, da
26 Sociedade Mineira de Cultura (SMC/PUC Minas); Mauro César Cardoso
27 Cruz, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Júlio César de
28 Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). **Assuntos em**
29 **pauta. 1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO** “Presidente
30 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Boa tarde a todos, senhores e
31 senhoras Conselheiras, demais servidores do SISEMA, público em geral.
32 A Secretaria Executiva comunicou que já temos quórum para iniciar os



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

33 trabalhos. Boa tarde a todos. Meu nome é José Augusto. Eu sou servidor
34 da SUPRAM-ASF. Vamos dar abertura aos trabalhos da 153ª Reunião
35 Ordinária da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco – URC-ASF,
36 do Conselho Estadual de Política Ambiental. Antes de iniciar a reunião,
37 vamos dar execução ao Hino Nacional Brasileiro.” [Execução do Hino
38 Nacional Brasileiro] **2. ABERTURA PELA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO**
39 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL E PRESIDENTE**
40 **DA URC ASF, VALÉRIA CRISTINA REZENDE.** Presidente Suplente José
41 Augusto Dutra Bueno: “Mais uma vez, boa tarde a todos, senhores,
42 senhoras Conselheiras, servidores do SISEMA, demais representantes,
43 demais cidadãos e público em geral. Muito bem-vindos à reunião. Eu
44 declaro aberta a reunião. Conforme o Memorando SEMAD-Secretaria
45 Executiva COPAM nº 63/2022. ‘Diante da impossibilidade do
46 comparecimento do titular e do 1º suplente, representantes do Sistema
47 Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, junto a
48 unidade Regional Colegiada Alto São Francisco, conforme composição
49 estabelecida pela deliberação COPAM nº 1.555/2020, indicado José
50 Augusto Dutra Bueno como servidor SUPRAM São Francisco para presidir
51 essa reunião, 153ª Reunião Ordinária URC-Alto São Francisco’. Boa tarde
52 a todos. Vamos para o item 3º da pauta.” **3. COMUNICADO DOS**
53 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Suplente José
54 Augusto Dutra Bueno: “Conselheiros, fiquem à vontade para fazer suas
55 considerações. Conforme o regimento, temos 30 minutos para esse item
56 de pauta e vocês podem ficar à vontade para trazer quaisquer
57 considerações que queiram aqui na presente reunião. Depois a gente vai
58 ter uma apresentação breve de um vídeo da ambientação que vai ser
59 transmitido nessa reunião, também nesse item. Obrigado. Algum
60 Conselheiro vai fazer uso da palavra, alguma Conselheira? Caso negativo,
61 já prosseguimos com a apresentação do vídeo. [Exibição do vídeo
62 institucional Ambientação]” Presidente Suplente José Augusto Dutra
63 Bueno: “Uma vez feita a apresentação da respeitável Secretária de Estado
64 do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável. Algum Conselheiro vai



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

65 quer fazer uso da palavra? Caso contrário, a gente já passa para o
66 próximo item. Não? Seguimos para o 4º item.” **EXAME DA ATA DA 152ª**
67 **RO DE 10/02/2022.** Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “O
68 texto da ata foi disponibilizado no endereço eletrônico da SEMAD. Algum
69 Conselheiro quer fazer alguma observação com relação ao documento?
70 Está ok? Vocês podem ficar à vontade. Não havendo nenhuma
71 manifestação do conselho, entende-se que há concordância com o teor
72 que foi disponibilizado. Nesse sentido, vamos colocar em votação o item 4.
73 Conselheiro Wellington Dias Silveira, da SEAPA, como vota?” Conselheiro
74 Wellington Dias Silveira: “Abstenção. Não estava presente na reunião.”
75 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Perfeitamente.
76 Conselheiro Igor, da SEDE, como vota?” Conselheiro Igor Messias da
77 Silva: “Voto favorável à aprovação da ata.” Presidente Suplente José
78 Augusto Dutra Bueno: “Elaine Aparecida, da SEE, como vota?”
79 Conselheira Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo: “Favorável à
80 ata.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. José
81 Tadeu, da SEINFRA, como vota?” Felipe, Secretaria Executiva:
82 “Conselheiro José Tadeu está ausente.” Presidente Suplente José Augusto
83 Dutra Bueno: “Conselheiro José Tadeu, SEINFRA, está ausente?” Felipe,
84 Secretaria Executiva: “Isso. José Tadeu ausente, Presidente.” Presidente
85 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Fica registrado ausência no status
86 do Conselheiro. Conselheiro Eduardo José, da EPAMIG, como vota?”
87 Felipe, Secretaria Executiva: “Também está ausente, Presidente.”
88 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Conselheira Sandra
89 Meire Guimarães, SEDESE. Como vota?” Conselheira Sandra Meire
90 Guimarães: “Eu não participei da reunião anterior. Eu sou suplente. Estou
91 hoje porque o titular está de férias, então não tenho condição de votar. Me
92 abstenho.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Conselheira,
93 só para poder esclarecer, também existe a possibilidade de consultar
94 eventualmente o Conselheiro que participou. E, se ele disser que está de
95 acordo, você pode votar favorável. Uma vez que você está trazendo a
96 informação, fica só a título de esclarecimento, talvez, em uma próxima



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

97 reunião, tenha essa possibilidade para todos os Conselheiros, mesmo que
98 não vieram, se eles ouvirem o representante, é possível votar favorável.”
99 Conselheira Sandra Meire Guimarães: “Obrigada pela informação, porque
100 é chato se abster. Mas como eu não sabia e ele está de férias, não tenho
101 condição de aprovar.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
102 “Obrigado, Conselheira. Conselheiro 1º Tenente PM Flávio Borges Silva,
103 da PMMG. Como vota?” Conselheiro 1º Tenente PM Flávio Borges Silva:
104 “Favorável pela aprovação da ata.” Presidente Suplente José Augusto
105 Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheiro. Conselheiro José Hugo, do CREA.
106 Como vota? Conselheiro José Hugo? Vamos seguir em frente e, caso ele
107 consiga se manifestar, voltamos para ele. Promotor Doutor Lucas Silva e
108 Greco, do MPMG. Como vota?” Conselheiro Lucas Silva e Greco:
109 “Favorável pela aprovação da ata.” Presidente Suplente José Augusto
110 Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheira Ana Luiza, Prefeitura Municipal de
111 Pains. Como vota?” Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues: “Favorável
112 pela aprovação da ata.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
113 “Obrigado. Conselheiro Túlio Pereira de Sá, da FIEMG. Como vota?”
114 Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Favorável.” Presidente Suplente José
115 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Edécio José, da FAEMG.
116 Como vota? Ele votou pelo chat? Vamos prosseguir, como não teve
117 manifestação.” Conselheiro José Hugo Rodrigues: “Presidente, está me
118 ouvindo?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Sim,
119 Conselheiro.” Conselheiro José Hugo Rodrigues: “Boa tarde a todos. Eu
120 voto favorável pela aprovação. Meu microfone estava com problema aqui.”
121 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Muito obrigado,
122 Conselheiro. Conselheiro Edécio, como vota?” Conselheiro Edécio José
123 Cançado Ferreira: “Pela aprovação.” Presidente Suplente José Augusto
124 Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Herivelton, da FEDERAMINAS.
125 Como vota?” Conselheiro Herivelton dos Santos: “Boa tarde. Eu estava
126 ausente na última reunião.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
127 Bueno: “O senhor vai se abster, é isso?” Conselheiro Herivelton dos
128 Santos: “Exatamente.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

129 “Conselheiro Ronaldo José, da AMPAR. Como vota?” Conselheiro
130 Ronaldo José Borges: “Boa tarde. Favorável pela aprovação da ata.”
131 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro
132 Lucélio, da APPA. Como vota?” Felipe, Secretaria Executiva: “Presidente,
133 Lucélio, da APPA, está ausente.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
134 Bueno: “Fazer o registro da ausência. Conselheira Regina Maria Bento, do
135 Grupo AR. Como vota?” Felipe, Secretaria Executiva: “Também está
136 ausente no momento, Sr. Presidente.” Presidente Suplente José Augusto
137 Dutra Bueno: “Ok. Conselheiro Claiton Majela, da Associação Nordeste
138 Reflorestamento e Educação. Como vota?” Conselheiro Claiton Majela da
139 Silva Miranda: “Boa tarde. Voto favorável.” Presidente Suplente José
140 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Professor Geraldo Tadeu,
141 da PUC Minas. Como vota?” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu
142 Rezende Silveira: “Boa tarde, Presidente. Voto favorável pela aprovação
143 da ata.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado.
144 Conselheiro Mauro César, da UEMG. Como vota?” Conselheiro Mauro
145 César Cardoso Cruz: “Boa tarde, Sr. Presidente. Voto pela aprovação da
146 ata.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado.
147 Conselheiro Doutor Júlio César de Oliveira, da OAB/MG. Como vota?”
148 Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Boa tarde, Presidente. Voto favorável
149 pela ata.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Ata aprovada
150 com 13 votos favoráveis, 3 abstenções e 4 ausências. Vamos prosseguir
151 para o item 5 da pauta. Eu vou fazer uma leitura dos itens restantes, Item 5,
152 6 e 7. Os Conselheiros que quiserem fazer algum destaque, ou para
153 aqueles itens que houver inscritos, depois nós abordamos esses itens
154 ponto a ponto. Aqueles que não tiverem destaque ou inscrito, votamos em
155 bloco para tentar trazer mais objetividade para a reunião.”
156 **5. PROCESSOS**
157 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA**
158 **INTERVENÇÃO AMBIENTAL DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO**
159 **SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE**
160 **REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADA EM**
ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

161 **BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO**
162 **AMBIENTAL:** Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Item 5.1
163 Virgínia Soares Costa/Fazenda Quebra-Queixo - Contendas -
164 Doresópolis/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0062647/2020-32 - Tipo de
165 Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca - Área
166 Requerida: 40,7000 ha - Área Passível de Aprovação: 37,7000 ha -
167 Fitofisionomia: Cerrado (inserida área de aplicação da Lei da Mata
168 Atlântica). Estágio de Regeneração: Inicial. Apresentação: URFBio Centro
169 Oeste. Algum Conselheiro quer fazer algum destaque em relação a esse
170 item?” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Destaque da SEDE, Igor.”
171 Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Ministério Público também.” Presidente
172 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Destaque da SEDE. Pelo Ministério
173 Público também. Doutor Lucas, registro também o seu destaque.” “6.
174 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO**
175 **ARQUIVAMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL:** Presidente Suplente
176 José Augusto Dutra Bueno: “Item 6.1 Robson Gonçalves/Fazenda Campo
177 Alegre, lugar denominado Quebra Joelho - São Roque de Minas/MG -
178 PA/Nº 13010001472/16 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura
179 vegetal nativa sem destoca - Área Requerida: 56,3029 ha - Área Passível
180 de Aprovação: 0,0000 ha - Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de
181 Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Centro Oeste.” Felipe,
182 Secretaria Executiva: “Senhores Conselheiros, solicito que aguardem
183 porque estamos tentando contato com a SUPRAM-ASF. Senhores
184 Conselheiros, conseguimos contato com a SUPRAM-ASF, eles nos
185 informaram que houve um pico de energia. Peço que aguardem que dentro
186 de minutos estarão retornando.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
187 Bueno: “Senhores Conselheiros, peço desculpas, mas houve um problema
188 técnico aqui. Teve um pico de energia. A gente conseguiu restabelecer
189 agora a conexão com a reunião. Mas só para a gente retomar, nós
190 estávamos fazendo a leitura do Item 6.1. Eu não sei até que ponto chegou
191 a constar. Vou fazer a leitura novamente do item 6.1. Robson
192 Gonçalves/Fazenda Campo Alegre, lugar denominado Quebra Joelho -



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

193 São Roque de Minas/MG - PA/Nº 13010001472/16 - Tipo de Intervenção:
194 Supressão de cobertura vegetal nativa sem destoca - Área Requerida:
195 56,3029 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha - Fitofisionomia:
196 Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio
197 Centro Oeste. Alguém quer fazer algum destaque, algum Conselheiro ou
198 Conselheira? Podem ficar à vontade. Parece que não temos destaque,
199 certo? Prosseguimos com a leitura do item. Esse item pode ser votado de
200 maneira isolada, uma vez que não será necessário o debate sobre os
201 detalhes do parecer e do processo.” **7. PROCESSO ADMINISTRATIVO**
202 **PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO:** Presidente
203 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “7.1 Tiago Aparecido de Moura -
204 Adquirir, escoar, receber, transportar, armazenar, utilizar, comercializar,
205 consumir ou beneficiar carvão vegetal de floresta plantada, sem observar
206 os requisitos previstos nas normas legais vigentes - Divinópolis/MG -
207 PA/CAP/Nº 673036/19 - AI/Nº 201617/2019 - Apresentação: NUCAI - IEF.”
208 Quanto a esse item, nós temos quatro inscritos. Algum Conselheiro ou
209 Conselheira quer fazer algum destaque com relação a esse item? Sem
210 destaques. O Item 6.1 e 7.1 podem ser votados em bloco, mas, para isso,
211 precisamos verificar com relação aos inscritos, se eles querem manter o
212 uso da palavra ou se eles abrem mão do uso da palavra. Vocês poderiam
213 se manifestar, por gentileza, os inscritos? Temos Sidney Soares.” Felipe,
214 Secretaria Executiva: “Sr. Presidente, os inscritos não estão na sala. Só
215 um minutos que vamos autorizar a entrada deles.” Presidente Suplente
216 José Augusto Dutra Bueno: “Ok. Obrigado. Caso eles abram mão do uso
217 da palavra, votamos em bloco, se não, abordamos esse item também
218 especificamente, posteriormente.” Felipe, Secretaria Executiva: “Os
219 inscritos já estão na sala, Sr. Presidente. O senhor pode dirigir a pergunta
220 a eles.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Perfeito. Um dos
221 inscritos...” Felipe, Representante do Empreendedor: “Boa tarde. Me ouve
222 bem, Sr. Presidente?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
223 “Sim. Quem fala, por gentileza? Só para a gente manter o ordenamento do
224 regimento. É só para vocês se manifestarem, por gentileza, se vão querer



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

225 fazer o uso da palavra ou não. Querendo, vamos abordar item a item no
226 momento oportuno. Felipe, o senhor vai querer fazer uso da palavra?”
227 Felipe, Representante do Empreendedor: “Sim.” Presidente Suplente José
228 Augusto Dutra Bueno: “Perfeito. Eu também li no chat a manifestação do
229 Sidney. Votamos também esse item de maneira apartado. Obrigado. Uma
230 vez que o item 6.1 não houve destaque ou inscritos, colocaremos em
231 votação esse item de pauta conforme o parecer apresentado pelo Instituto
232 Estadual de Florestas – IEF. Só para a gente poder registrar de maneira
233 clara o voto do IEF é pela negativa do pedido do recurso e pela
234 manutenção do arquivamento do processo de intervenção. Conselheiro
235 Wellington Dias Silveira, da SEAPA, como vota?” Conselheiro Wellington
236 Dias Silveira: “Favorável ao parecer do IEF e SUPRAM.” Presidente
237 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Igor Messias,
238 da SEDE, como vota?” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Favorável ao
239 parecer IEF.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado.
240 Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo, da SEE, como vota?”
241 Conselheira Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo: “Favorável.”
242 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheira.
243 Conselheiro José está ausente. Conselheiro Eduardo também.
244 Conselheira Sandra, da SEDESE. Como vota?” Conselheira Sandra Meire
245 Guimarães: “Favorável ao parecer do IEF.” Presidente Suplente José
246 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheira. Conselheiro 1º Tenente PM
247 Flávio Borges Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais. Como vota?”
248 Conselheiro 1º Tenente PM Flávio Borges Silva: “Favorável ao parecer do
249 IEF.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado,
250 Conselheiro. Conselheiro José Hugo Rodrigues, do CREA. Como vota?”
251 Conselheiro José Hugo Rodrigues: “Favorável ao parecer.” Presidente
252 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Promotor Doutor Lucas Silva e
253 Greco, do MPMG. Como vota?” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Em
254 razão de orientação da Corregedoria Geral do Ministério Público, me
255 abstenho, Presidente.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
256 “Obrigado. Conselheira Ana Luiza, da Prefeitura Municipal de Pains. Como



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

257 vota?” Conselheira Ana Luiza Silva Rodrigues: “Favorável ao parecer do
258 IEF.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado.
259 Conselheiro Túlio, da FIEMG. Como vota?” Conselheiro Túlio Pereira de
260 Sá: “Favorável.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
261 “Obrigado. Conselheiro Edécio, da FAEMG. Como vota?” Conselheiro
262 Edécio José Cançado Ferreira: “Favorável.” Presidente Suplente José
263 Augusto Dutra Bueno: “Ótimo, obrigado, Conselheiro
264 Herivelton, da FEDERAMINAS. Como vota?” Conselheiro Herivelton dos
265 Santos: “Favorável ao parecer.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
266 Bueno: “Obrigado. Conselheiro Ronaldo José, da AMPAR. Como vota?”
267 Conselheiro Ronaldo José Borges: “Favorável ao parecer.” Presidente
268 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Lucélio, da
269 APPA. Como vota? Ausente. Conselheira Regina Maria Bento, do Grupo
270 AR. Ainda está ausente? Conselheiro Claiton Majela, da Associação
271 Nordeste Reflorestamento e Educação. Como vota?” Conselheiro Claiton
272 Majela da Silva Miranda: “Voto favorável.” Presidente Suplente José
273 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Professor Geraldo, da PUC
274 Minas. Como vota?” Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende
275 Silveira: “Voto favorável ao parecer SUPRAM.” Presidente Suplente José
276 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Conselheiro Mauro César, da UEMG.
277 Como vota?” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: “Voto favorável ao
278 parecer, Presidente.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
279 “Obrigado. Conselheiro Júlio César, da OAB/MG. Como vota?”
280 Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Favorável ao parecer, Sr.
281 Presidente.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado.
282 Item 6.1 aprovado nos termos do parecer do IEF. 15 votos favoráveis, 01
283 abstenção e 04 ausentes. Agora abordamos item a item, aqueles que
284 tiveram destaque. Vamos começar pelo Item 5.1. Temos destaque da
285 SEDESE e do Conselheiro do Ministério Público. Podem se manifestar,
286 Conselheiros, trazer as considerações que vocês têm contra esse item.
287 Obrigado.” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Sr. Presidente, o destaque
288 é a da SEDE. Não é da SEDESE. É Igor da SEDE.” Presidente Suplente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

289 José Augusto Dutra Bueno: “Perdão. Conselheiro Igor, da SEDE, por
290 gentileza.” Conselheiro Igor Messias da Silva: “Verificando o processo aqui,
291 só mesmo para a gente conseguir dar uma pequena melhorada nele e ficar
292 mais seguro, as medidas mitigadoras apresentadas aqui no parecer, elas
293 constaram ao final como condicionantes, o que é muito importante. Só
294 uma delas aqui, a última medida mitigadora é: ‘não suprimir as espécies
295 protegidas, como: pequi, ipê, cedro e demais espécies protegidas e
296 ameaçadas que ocorram no local’. Como no rol de condicionantes não
297 consta que o empreendedor faça nenhuma comprovação quanto a isso, eu
298 gostaria de sugerir a inserção de uma condicionante da apresentação de
299 um relatório técnico fotográfico comprovando a preservação das espécies
300 protegidas: pequi, ipê, cedro e demais ameaçadas que ocorram no local. O
301 prazo eu colocaria 6 meses após a supressão da vegetação. Se for
302 possível esse prazo, se não, eu até solicitaria uma sugestão de prazo que
303 fique legal para a condicionante.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
304 Bueno: “Obrigado, Conselheiro. Perfeitamente. Eu acho que nesse ponto,
305 caso possível, talvez fique melhor para a própria ordenação das ideias,
306 digamos assim, respondermos esse item, tendo esclarecimentos do IEF,
307 depois a gente abre a palavra para o Ministério Público porque às vezes
308 ficam vários itens em aberto, só para a gente tentar levar os trabalhos
309 ponto a ponto. Como é um parecer elaborado pelo núcleo do IEF aqui do
310 Centro-Oeste, eu acho que seria válido ter a manifestação da equipe
311 técnica do IEF com relação a essa proposta do Conselheiro da SEDE, se
312 eles estão de acordo. Até se manifestar com relação ao prazo proposto
313 também de 6 meses.” Simone: “Boa tarde, Conselheiros, Senhor
314 Presidente. Eu estou de acordo, sim, com essa proposta para acrescentar
315 esse item. Com relação ao prazo, o técnico engenheiro, ele poderia falar
316 melhor quanto a isso. Ele está tentando entrar na sala de reuniões para se
317 manifestar, o Saulo.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
318 “Está certo. Perfeitamente. Vamos ouvir o Conselheiro do Ministério
319 Público e a gente permite esse tempo para que ele consiga entrar.”
320 Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

321 Minha intervenção vai de encontro ao que o Conselheiro representante da
322 SEDE externou. Mas tenho outros apontamentos que eu gostaria que
323 fossem esclarecidos, Presidente. Eu não sei se é melhor esperar o
324 servidor do IEF entrar ou já faço o questionamento? O que o senhor
325 acha?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Bom, Conselheiro,
326 acredito que você já possa trazer as colocações. Nós vamos pontuando e
327 depois o Saulo tem condições de esclarecer. Eventualmente, às vezes, até
328 algum integrante ou da própria SUPRAM, SEMAD ou do IEF. Pode ser
329 dessa forma.” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Ok. Eu verifiquei a
330 questão do requerimento que está embasado em documentos técnicos
331 para supressão de 40 hectares de vegetação no local e foi autorizado 37
332 hectares. Gostaria de saber dos responsáveis técnicos que avaliaram os
333 documentos que foram encaminhados pela requerente, Virgínia Soares
334 Costa, se essa divergência apresentada quanto a configuração da
335 fitofisionomia da vegetação foi uma questão técnica difícil de ser
336 esclarecida ou não, os técnicos do IEF, da SUPRAM, eles, logo que se
337 dirigiram à área, objeto do requerimento, já identificaram que se tratava de
338 uma floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração?
339 Essa seria a minha primeira pergunta. Por que estou fazendo essa
340 pergunta? Para a gente identificar a necessidade de apuração ou não do
341 crime artigo 69-A da Lei de Crimes Ambientais, ‘que é consistente em
342 elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer
343 outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental
344 total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.’ Em
345 resumo, a minha dúvida que eu gostaria que fosse esclarecida pelos
346 técnicos que avaliaram esse requerimento de intervenção ambiental, se
347 essa divergência apresentada pelo técnico contratado pela interessada,
348 que apontou a possibilidade de supressão de uma área de 40 hectares, se
349 essa divergência entre a documentação apresentada pela interessada e a
350 realidade fática no local, ela advém de alguma questão conceitual mais
351 intrincada ou se ela é de fácil constatação essa existência dessa floresta
352 estacional semidecidual em estágio médio de regeneração? Esse é o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

353 primeiro esclarecimento que solicito, Presidente.” Presidente Suplente
354 José Augusto Dutra Bueno: “Certo. Os representantes do IEF, o Saulo
355 conseguiu ou os técnicos do processo. Ele conseguiu entrar na reunião?”
356 Felipe, Secretaria Executiva: “Sr. Presidente, o Saulo está na sala, mas ele
357 não conectou ainda o áudio do Zoom. Ele não nos escuta. Ele já abriu a
358 câmera dele, mas não conectou o áudio.” Presidente Suplente José
359 Augusto Dutra Bueno: “Foi possível o estabelecimento do áudio, Secretário
360 Executivo? De fato, essa colocação dos dois Conselheiros foi importante,
361 mas esse ponto trazido pelo Dr. Lucas é também relevantíssimo em
362 função da devida observância das normas para regularização ambiental e
363 da Lei da Mata Atlântica também.” Felipe, Secretaria Executiva: “Ainda não
364 conectou o áudio. Ele está tentando, mas não está conseguindo conectar o
365 áudio.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Saulo, parece
366 que ele levantou a mão. Está conseguindo agora com o áudio, Saulo?”
367 Felipe, Secretaria Executiva: “Ainda não, Sr. Presidente. Ainda não
368 conectou e não nos escuta.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
369 Bueno: “Temos mais algum representante do IEF para manifestar com
370 relação a esse ponto colocado, tanto pelo Conselheiro da SEDE com
371 relação ao prazo quanto com relação à indagação trazida pelo Ministério
372 Público, com relação ao estágio estacional fitofisionomia da Mata Atlântica.
373 E as verificações *in loco*.” Simone: “Sr. Presidente, eu analisei esse
374 processo juntamente com o Saulo, mas a parte técnica, a pergunta que o
375 senhor Conselheiro fez, é o Saulo realmente quem tem condições de
376 responder, considerando a formação dele, engenharia florestal, quanto a
377 conseguir constatar em área ou por meio dos estudos técnicos que foram
378 apresentados no processo. Foi apresentado o plano de utilização
379 pretendida no processo contendo os extratos com as áreas que seriam
380 objeto da solicitação, mas por ser um documento técnico, de fato, seria o
381 Saulo quem teria condições de responder a essa pergunta.” Presidente
382 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Simone.” Conselheiro
383 Lucas Silva e Greco: “Sr. Presidente, eu tomei a liberdade de colocar um
384 resumo do questionamento no chat, se for o caso, o Saulo pode ter acesso.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

385 Parece que ele não escutou a pergunta. Então, a gente pode ir adiantando
386 se ele tiver condição de entrar na reunião posteriormente.” Presidente
387 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Muito obrigado, Conselheiro,
388 realmente já fica melhor para ele se contextualizar com relação à
389 pergunta.” Felipe, Secretaria Executiva: “Sr. Presidente, o Saulo já
390 conseguiu conectar o microfone e já nos escuta. Já pode se manifestar.”
391 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Perfeito, Saulo, o senhor
392 conseguiu ouvir o questionamento do Conselheiro do Ministério Público?
393 Nós temos dois questionamentos. Foram dois destaques, um feito pela
394 SEDE, que se trata de um pedido de ajuste, digamos assim, da
395 condicionante para que tenha comprovação da preservação das espécies
396 protegidas, ameaçadas, eventualmente existentes na área de intervenção,
397 imunes de corte, isso ser demonstrado e houve uma manifestação já
398 favorável pela Simone quanto a concordância, mas o Conselheiro propôs
399 um prazo de 6 meses para o cumprimento. Nesse ponto, ela solicitou seu
400 apoio técnico para manifestar com relação a esse prazo. O que você
401 entende, se entende que esse prazo está factível, se está um prazo bom.
402 E depois tem uma indagação do Ministério Público, a gente pode fazer
403 ponto a ponto para ficar mais claro, pode ser?” Saulo de Almeida Faria,
404 IEF: “É comigo, doutor? Oi, vocês estão me ouvindo?” Presidente Suplente
405 José Augusto Dutra Bueno: “Oi, Saulo. O senhor conseguiu me ouvir?”
406 Saulo de Almeida Faria, IEF: “Eu ouvi sim, mas comecei a ouvir um pouco
407 no meio da pergunta, Dr. Lucas.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
408 Bueno: “Certo, para a gente tentar resumir. Houve um pedido do
409 Conselheiro da SEDE com relação a um ajuste na condicionante. Na
410 condicionante ficou estabelecido que fossem preservadas as espécies da
411 flora imunes de corte, conforme constou no parecer elaborado pela equipe
412 disciplinar do IEF com medida mitigadora. E, nesse caso, ele pediu para
413 que houvesse uma comprovação, entrega de um relatório demonstrando a
414 efetiva preservação dessas espécies. E já houve uma concordância da
415 Simone, representando a equipe do IEF, só que houve a proposta para um
416 prazo de 6 meses, digamos, a nossa necessidade de apoio técnico seria



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

417 com relação a isso. O que você entende com relação ao prazo proposto.
418 Se está um prazo bom. O que você teria a considerar com relação a isso e
419 propor 6 meses então.” Saulo de Almeida Faria, IEF: “Eu acho que é um
420 prazo bom dentro do limite da área. Acho que pode ser aplicável sim.”
421 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Conselheiro da SEDE, a
422 proposta da entrega 6 meses após a supressão da vegetação ou 6 meses
423 após o ato autorizativo eventualmente decidido aqui pelo conselho?”
424 Conselheiro Igor Messias da Silva: “Presidente, eu proporia 6 meses após
425 a supressão, porque possivelmente o vencimento do ato autorizativo seja
426 entre um ano ou dois, não necessariamente ele realiza nesses primeiros 6
427 meses, então ela ficaria ruim. Eu preferiria 6 meses após a supressão.”
428 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Acredito que esse ponto
429 já tenha o esclarecimento e já teria condições de ser avaliado
430 posteriormente. Agora permanece outra dúvida de outro Conselheiro, que
431 é o Conselheiro Lucas, do Ministério Público, Promotor de Justiça, que
432 trouxe um questionamento e até colocou no chat, Saulo. Eu não sei se
433 você consegue ter o acesso. O Item 5.1 ele questiona com relação, eu vou
434 fazer uma leitura aqui. ‘O questionamento diz respeito ao fato de os dados
435 constantes dos documentos técnicos apresentados pelo empreendedor
436 divergem flagrantemente ou não do verificado no local pelos técnicos do
437 órgão ambiental. O questionamento busca verificar a ocorrência do crime
438 previsto na Lei nº 9.605/1998, seu artigo 69-A: elaborar ou apresentar, no
439 licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento
440 administrativo, estudo ou laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente
441 falso’.” Saulo de Almeida Faria, IEF: “Esse é um questionamento para
442 mim?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Sim. Exatamente,
443 uma vez que a representante do IEF, a Simone, ela disse que você fez a
444 vistoria, participou dessa parte da análise técnica desses aspectos da
445 fitofisionomia apresentada porque tem dois. Uma parte da área está
446 caracterizada no parecer com estágio médio que está sendo indeferido. E
447 os outros 37,7 hectares estão enquadrados como estágio inicial. Então,
448 como que ficou isso na entrega dos estudos da consultoria e como você



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

449 verificou na sua análise a concordância, se isso é real ou não, se estava
450 de acordo com o que você viu em vistoria.” Saulo de Almeida Faria, IEF:
451 “Entendi. A área era uma área antropizada já de pastagem, então ela tem
452 alguns fragmentos de mata virgem ainda, uma área pequena, que foi a
453 parte do indeferimento, mas a maioria da área era constituída de pastagem
454 com uma regeneração bem inicial. Em alguns pontos com essa
455 regeneração inicial e com algumas árvores isoladas. A apresentação do
456 projeto da consultoria, a análise do inventário, é feito um lançamento de
457 parcelas onde tem algum rendimento lenhoso. Onde tem um rendimento
458 de estágio inicial de regeneração que às vezes nem dá para lançar parcela,
459 nessas áreas não são levantadas, digamos assim. O trabalho busca dados
460 de informações do rendimento lenhoso e do tipo de vegetação na área. É
461 uma área que, na grande maioria dela, era área inicial. Como falei antes,
462 alguns lugares bem iniciais e em outros um pouco, uma vegetação em
463 torno de 2 metros de altura, 2,5 metros de altura com algumas árvores
464 isoladas de porte maior. Entre elas, algumas protegidas por lei, conforme
465 foi constatado na vistoria e descrito no processo.” Conselheiro Lucas Silva
466 e Greco: “Posso fazer uso da palavra, Presidente? A minha pergunta, vou
467 tentar ser um pouco mais claro, Saulo. É o seguinte, a documentação que
468 foi apresentada pelo empreendedor a você, te levou a algum engano. Se
469 você não fosse a campo verificar o que estava lá faticamente, essa
470 documentação que foi apresentada pelo empreendedor levaria o senhor a
471 algum engano na decisão desse procedimento? A minha dúvida é essa.
472 Esses 3 hectares de vegetação da Mata Atlântica em estágio médio de
473 regeneração que o senhor identificou e excluiu da autorização. Eles estão
474 dessa forma caracterizados na documentação apresentada pelo
475 interessado, pelo empreendedor, ou não? Isso foi uma situação que o
476 senhor verificou no local da vistoria?” Saulo de Almeida Faria, IEF: “Não. O
477 inventário apresentado informa que as áreas indeferidas eram de floresta
478 estacional semidecidual. Ele trazia esses detalhamentos já sim. E as
479 outras áreas, onde foram feitos os levantamentos, traziam que eram áreas
480 típicas de cerrado, conforme foram constatadas em vistoria, era o estágio



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

481 inicial. E algumas áreas meio parecidas com campo, Dr. Lucas. Mas não
482 era bem um campo porque não era um campo nativo. Foi um campo que
483 se formou com arbustos e pequenas árvores, na braquiária mesmo. Uma
484 área bem inicial mesmo, mas no trabalho levantado foram descritos, sim,
485 esses 3 hectares em estacional, sim.” Conselheiro Lucas Silva e Greco:
486 “Está bom. Da minha parte. Em estágio médio de regeneração? Eles
487 descreveram isso?” Saulo de Almeida Faria, IEF: “Quanto eu não vou
488 lembrar direitinho, se estava descrito como estágio médio. Não sei se foi
489 feita essa classificação, mas pela serapilheira ali presente, da formação da
490 floresta de cipós, pela altura das árvores, dá para descrever ele como
491 floresta estacional de estágio médio de acordo com a CONAM na 392.”
492 Conselheiro Lucas Silva e Greco: “É só para ficar bem claro. Saulo, só
493 para a gente finalizar esse ponto, então essa documentação, em momento
494 algum, deixou transparecer que essa vegetação desses 3 hectares seria
495 passível de autorização para corte fora da situação de utilidade.” Saulo de
496 Almeida Faria, IEF: “Não. Foi até mais fácil do que eu imaginei. Assim que
497 eu vi as informações no inventário, já na hora constatei que ali não poderia
498 ser feito, mesmo sem ir a campo. Assim que eu vi as informações
499 referentes a essa área indeferida, pelo processo mesmo já constatei que
500 essa área não seria passível e em campo isso foi confirmado.” Conselheiro
501 Lucas Silva e Greco: “Correto. Obrigado. Eu tenho um segundo ponto a
502 respeito de matéria técnica, Presidente, que eu gostaria de esclarecimento.
503 Eu posso fazer a pergunta?” Presidente Suplente José Augusto Dutra
504 Bueno: “Sim. Pode ficar à vontade, Conselheiro.” Conselheiro Lucas Silva
505 e Greco: “Obrigado. Nós temos o Decreto Estadual nº 47.749/2019, e no
506 artigo 38 ele fala da seguinte forma: ‘é vedada a autorização para uso
507 alternativo do solo nos seguintes casos.’ O que interessa para a gente é o
508 inciso I – ‘em imóvel no qual tenha ocorrido supressão de vegetação nativa
509 não autorizada em APP, realizada após 22 de julho de 2008, sem que o
510 infrator tenha cumprido a obrigação de promover a recomposição da
511 vegetação ou buscado sua regularização.’ Minha dúvida aqui consiste no
512 fato de não ter encontrado no parecer referência à análise da situação de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

513 APP que existe no imóvel. Nós temos, acho, quase 4 hectares de APP
514 nesse imóvel que estamos analisando a autorização para supressão de
515 vegetação. Eu vi que foi feito o levantamento a respeito da reserva legal,
516 mas não encontrei no parecer que foi disponibilizado para a gente, pelo
517 menos nesse documento, a questão da verificação da situação das áreas
518 de preservação permanente. Eu gostaria de ouvir os técnicos envolvidos
519 na confecção desse documento que foi disponibilizado, a respeito desse
520 fato. Obrigado.” Saulo de Almeida Faria, IEF: “As APPs, normalmente essa
521 informação, se ela está preservada ou não, ela fica no parecer relacionado
522 na área do CAR. Quando a gente faz a descrição do CAR ali tem um
523 tópico que a gente marca se a área está preservada, está a recuperar ou
524 em recuperação. Estou sem acesso ao parecer aqui nesse momento. Se
525 as meninas puderem olhar para mim, a Natália. A gente está de mudança.
526 A gente acabou de fazer uma mudança aqui de sala. O computador está
527 desligado. Você consegue olhar isso para mim, Natália?” Presidente
528 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Pessoal, para a gente poder fazer
529 os registros da reunião, por gentileza, antes de fazer o uso da palavra se
530 identifique, Saulo, para a gente poder auxiliar na confecção da ata.” Saulo
531 de Almeida Faria, IEF: “Desculpa. Essa é a primeira reunião virtual que
532 participo. Me desculpa. Nem sabia mexer no...” Presidente Suplente José
533 Augusto Dutra Bueno: “Certo. Agradeço. Saulo, seria importante a gente
534 ter o esclarecimento desse questionamento do Ministério Público, uma vez
535 que tem essa previsão do Decreto nº 47.749, se alguém do IEF participou
536 desse processo, quem participou do parecer puder nos esclarecer, por
537 gentileza.” Saulo de Almeida Faria, IEF: “No tópico relacionado ao CAR.”
538 Natália, IEF: “José Augusto, vou verificar com o Saulo qual é a questão
539 que ele quer que eu verifique no processo e passo para ele. E a gente
540 retorna nessa questão daqui a pouco. Pode ser?” Presidente Suplente
541 José Augusto Dutra Bueno: “Entendo que deveria ser uma resposta o mais
542 breve, uma vez que esse ponto trazido pelo Ministério Público, ele traz
543 uma condição para emissão do ato autorizativo. Precisamos saber a
544 situação da APP, porque se ela não estiver preservada, não estiver em



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

545 processo de regeneração, isso pode implicar em um impedimento da
546 autorização da supressão. Conselheiro Túlio, da FIEMG. Conselheiro
547 Túlio Pereira de Sá: “José Augusto, é só uma questão de ordem. Como
548 está tendo essa dificuldade de retirada de informação, acho que até para
549 dar andamento melhor da reunião, não seria o caso de retirar o processo
550 de pauta para esses esclarecimentos do Ministério Público. E, na próxima
551 reunião, traria essas informações com mais certeza?” Saulo de Almeida
552 Faria, IEF: “Estamos com os computadores desligados. A gente acabou de
553 trazer para cá e estou sem acesso aqui. Natália, no parecer...” Presidente
554 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Saulo, seu áudio está aberto.
555 Conselheiro Túlio, agradeço a colocação. Realmente, (áudio ruim) para
556 que se busque tentar sanar o questionamento do conselho, contudo, caso
557 a equipe do IEF não consiga trazer um esclarecimento satisfatório e que
558 dê segurança para o conselho votar, de fato, o encaminhamento acaba
559 que tem que ser baixar o processo em diligência. Vou só aguardar mais
560 um pouco para ver se o IEF pode nos esclarecer com relação a esse ponto
561 trazido pelo Túlio, e se isso não for esclarecido, de fato, eu entendo que a
562 gente não está com a segurança necessária para colocar o processo em
563 votação, já que é um requisito normativo do decreto para se autorizar ou
564 não a supressão de vegetação nativa.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá:
565 “Só para concluir, José Augusto, eu, particularmente, não estou tendo
566 segurança em momento algum porque o próprio técnico está sem o
567 parecer próximo. Falou que custou ter acesso à reunião. Por mim, eu acho
568 que poderia baixar em diligência porque ainda vai olhar o processo para
569 conseguir avaliar os pontos? Eu acho que já poderia pegar, o Ministério
570 Público foi bem claro no questionamento dele, eu acho que poderia
571 verificar isso com calma para trazer isso para a gente. Eu, particularmente,
572 já estou apto a questão de baixar em diligência. Eu já não estou com tanta
573 segurança nas informações pelo jeito que estão sendo passadas. É uma
574 solicitação como Conselheiro. Conselheiro Lucas Silva e Greco:
575 “Conselheiro Túlio, peço licença para poder corroborar da sua posição
576 porque, Sr. Presidente, existem outras situações técnicas aqui que eu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

577 acho que vão merecer uma reanálise do procedimento de intervenção, de
578 requerimento de intervenção, então, talvez, essa proposta do Conselheiro
579 Túlio seja profícua de eu poder colocar todos os esclarecimentos que são
580 necessários e baixar em diligência para a gente poder ter a reanálise dos
581 documentos que eles estão pretendendo do requerimento de intervenção.
582 E a gente pauta isso para a próxima reunião. São mais perguntas,
583 entendeu? São mais esclarecimentos de ordem técnica, não sei se os
584 técnicos do IEF estarão com possibilidade de trazer essas respostas nessa
585 reunião de agora, mas fica a critério do senhor a decisão.” Presidente
586 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Perfeitamente, Conselheiros. Estou
587 entendendo a colocação. Conselheiro Edécio, quer fazer uso da palavra?”
588 Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Boa tarde. Gostaria, sim.
589 Concordo plenamente com as colocações do Conselheiro Túlio quanto do
590 representante do Ministério Público. Acho que teria mais tempo tanto para
591 o IEF trazer maiores esclarecimentos quanto para nós mesmos formarmos
592 convicções melhores de isso aí.” Saulo de Almeida Faria, IEF: “Vocês
593 estão me ouvindo? Posso falar? Vocês me desculpem. É a primeira
594 reunião que eu participo por esse aplicativo, realmente tive uma certa
595 dificuldade para mexer nele aqui. Peço desculpas também, porque, como
596 eu já falei, a gente estava fazendo uma mudança. Meu computador foi
597 desligado. Queria pedir e estou disposto a dar todos os esclarecimentos
598 técnicos possíveis. Eu só queria que o pessoal do IEF, a Natália, se ela
599 pode me disponibilizar o parecer técnico no meu WhatsApp, que vou dar
600 toda transparência que tem no parecer para vocês. Estou disposto aqui.
601 Desculpa os empecilhos que aconteceram. Poderia me enviar uma cópia,
602 Natália, por favor?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
603 “Saulo, você já conseguiu fazer uso da palavra? Eu tive um problema
604 técnico e caiu novamente a internet da SUPRAM. Você pode só repetir,
605 por gentileza? Porque o encaminhamento, não tendo um esclarecimento
606 muito claro e assertivo com relação às indagações trazidas, nós teremos
607 que baixar o processo em diligência para assegurar a segurança do
608 conselho de votar o item com todos esses pontos bem claros e



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

609 esclarecidos. Eu recebi a comunicação da assessoria jurídica à
610 presidência, Dra. Márcia, uma vez que o IEF não...” Conselheiro Professor
611 Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Pessoal, o próprio presidente está tendo
612 problemas técnicos. Estou sentindo que a reunião está muito prejudicada.”
613 Vânia Mara de Souza Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “A gente está pedindo
614 um pouco de paciência das pessoas. Só um instante, Luciana, que o Sr.
615 Presidente está voltando. Só um instante, por gentileza.” Presidente
616 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Tendo em vista que o IEF não pôde
617 trazer, até o presente momento, esclarecimento assertivo com relação ao
618 item de pauta e esse aspecto da APP que é uma condição necessária e
619 essencial para avaliação da autorização de supressão de vegetação, o
620 item fica baixado em diligência (áudio ruim) trazido pelo IEF para que o
621 conselho possa reapreciar o item.” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Seria
622 possível já fazer os demais questionamentos que estou pedindo
623 esclarecimento para que seja feito um trabalho único?” Presidente
624 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Sim, Conselheiro. Ótimo! Perfeito!
625 Exatamente, se puder pontuar todos as indagações porque o IEF precisará
626 trazer um novo documento com a resposta de cada item trazido pelo
627 senhor.” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Vou fazer de uma forma bem
628 breve. Só para ficar claro, Sr. Presidente, em relação ao primeiro
629 questionamento da configuração ou não do crime, para mim já está
630 esclarecido que não tem isso para a gente abrir uma investigação. O
631 trabalho que vai ser pelos técnicos é em relação ao segundo
632 questionamento do levantamento sobre a situação das áreas de
633 preservação permanente do imóvel, e as demais que eu vou passar a dizer
634 agora. A Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, traz no artigo 21,
635 a seguinte regra: ‘detectada, por meio do levantamento de fauna, a
636 ocorrência de espécies da fauna silvestre terrestre na área de supressão
637 de vegetação nativa para uso alternativo do solo, deverá ser apresentada
638 proposta de execução de ações de afugentamento, resgate, salvamento e
639 destinação dos animais.’ Nessa situação aqui eu vi do parecer único, até
640 para deixar bem claro, o material que foi disponibilizado para a gente foi o



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

641 parecer único. Eu não tenho conhecimento do teor dos demais
642 documentos que foram produzidos nesse requerimento. Mas, no teor
643 desse parecer único, deu para perceber que existia fauna terrestre no local
644 onde vai ocorrer a intervenção, o uso alternativo do solo. E eu não
645 verifiquei nenhuma menção à necessidade ou dispensa da apresentação
646 por parte do empreendedor dessa proposta de execução de ações de
647 afugentamento, resgate, salvamento e destinação dos animais, previsto no
648 artigo 21 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021. Esse seria o
649 segundo questionamento a ser respondido nessa diligência que vamos
650 baixar os autos. Nessa mesma linha, nós temos o artigo 16, dessa mesma
651 Resolução Conjunta, que ela exige que: ‘sendo detectada a ocorrência de
652 espécies da flora ameaçadas de extinção’, como foi o caso que estamos
653 apresentando, ‘o empreendedor deverá apresentar: I – proposta de
654 execução de programas de resgate da flora, nos casos em que o resgate
655 dos indivíduos seja viável; II – proposta de medidas compensatórias e
656 mitigadoras a serem adotadas com o objetivo de assegurar a conservação
657 dessas espécies, conforme art. 67 da Lei nº 20.922, de 2013, observados
658 o previsto no art. 26 do Decreto nº 47.749, de 2019, e a vedação de que
659 trata a alínea “a” do inciso I do art. 11 da Lei Federal nº 11.428, de 2006’.
660 Mas, em resumo, esse questionamento diz respeito a detectadas espécies
661 da flora ameaçada de extinção, não consegui localizar no parecer único
662 essas propostas de execução do programa de resgate da flora, se é
663 possível ou não. E a proposta de medidas mitigadoras a serem adotadas
664 com o objetivo de assegurar a conservação dessas espécies. Esse é o
665 terceiro questionamento técnico que eu gostaria que fosse esclarecido.”
666 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Saulo, desculpa a
667 intervenção, mas o Conselheiro Lucas, Doutor Promotor de Justiça, ele
668 estará enumerando os questionamentos feitos pelo Ministério Público e
669 que o IEF vai trazer em uma próxima reunião. Uma vez que não foi
670 possível que esses pontos fossem sanados, como por exemplo a questão
671 da APP, o processo está baixando em diligência. Ele vai descrever só o
672 que são as perguntas que o IEF vai trazer as respostas na próxima reunião



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

673 ou quando for possível trazer o processo.” Saulo de Almeida Faria, IEF:
674 “Ok. Achei que era para responder agora.” Presidente Suplente José
675 Augusto Dutra Bueno: “É dessa forma, conforme o regimento.” Conselheiro
676 Lucas Silva e Greco: “Vou dar prosseguimento aos meus questionamentos
677 que julgo necessários os esclarecimentos. O quarto ponto, foi descrito no
678 corpo do parecer único, a necessidade de cercamento não só da reserva
679 legal do imóvel, mas também das APPs. Nesse ponto, quando vamos nas
680 condicionantes, conseguimos visualizar tão somente a condicionante do
681 cercamento da reserva legal e não faz nenhuma referência às áreas de
682 preservação permanente. Eu gostaria que fosse esclarecido a razão de
683 não ser necessário o cercamento da APP ou se isso realmente foi um
684 lapso em um momento de elaborar o parecer único. Como eu esclareci,
685 consta do corpo essa necessidade, mas no momento da fixação das
686 condicionantes, nós só temos o cercamento da área de reserva legal, e
687 não das APPs. Esse é o quarto ponto que gostaria que fosse esclarecido.
688 O quinto ponto é também relativo às condicionantes. Nós temos uma
689 situação de processo erosivo no local e foi indicado a construção de
690 barraginhas, cacimbas para armazenar as águas pluviais provenientes das
691 enxurradas. Aqui, nesse ponto, a minha dúvida diz respeito a questão de
692 como que vai ser efetivada essa condicionante. Nós já vamos prever a
693 quantidade de barraginhas ou, na verdade, nós vamos exigir do
694 empreendedor que apresente um estudo técnico que será executado
695 posteriormente por ele, identificando os locais e a quantidade de
696 barraginhas que estamos colocando como condicionantes para ser
697 efetivada essa autorização de intervenção ambiental. E, já caminhando
698 para o final, ao mesmo passo que o Conselheiro que representa a SEDE,
699 eu também constei aqui a necessidade de um estudo técnico posterior
700 para confirmar essa preservação da flora que é imune de corte no local
701 onde vai ser verificada a autorização de intervenção. Eu fui um pouco mais
702 além também para que fosse apresentada nesse mesmo estudo, a
703 questão da verificação da preservação desse ponto de Mata Atlântica que
704 estamos indeferindo a autorização para corte. Não só a questão das



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

705 árvores imunes de corte, mas também a porção do Bioma Mata Atlântica,
706 estágio médio de regeneração poderia ser objeto desse estudo, mas eu
707 acho que essa parte de condicionante, acho que a gente pode deixar, Sr.
708 Presidente, para o momento em que o procedimento retornar, para
709 verificar se vamos impor mais condicionantes ou não. Mas, o principal que
710 eu acho que afeta a decisão de autorizar ou não a intervenção, a
711 supressão de vegetação, seriam os questionamentos que eu já apresentei
712 aqui e que vão ficar constando da ata. Eu acho que a questão de
713 condicionantes podemos deixar para deliberação no momento em que
714 formos apreciar novamente os requerimentos. Agradeço a atenção do
715 Saulo, do Sr. Presidente José Augusto. Muito obrigado.” Presidente
716 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheiro Lucas, do
717 Ministério Público. Certamente, o processo voltando em reunião, (trecho
718 inaudível) de ser sanado porque é um conselho esclarecimento quanto a
719 todos esses pontos enumerados e trazidos pelo (trecho inaudível). Caiu a
720 internet, mas a gente já conseguiu restabelecer. O item baixado 5.1,
721 damos prosseguimento e abordaremos o item 7.1 referente auto de
722 infração 201... (trecho inaudível).” Marcela Anchieta Veiga Gontijo Garcia,
723 DRCP/SUPRAM ASF: “Conselheiros, peço que aguardem novamente.
724 Tivemos um probleminha técnico aqui. Já estamos retornando.” Vânia
725 Mara de Souza Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Complementando o que a
726 Marcela disse, hoje está um dia atípico lá na SUPRAM-ASF. A gente vai
727 até olhar isso para a próxima reunião, mas a gente pede um pouquinho de
728 paciência dos Conselheiros. As reuniões remotas as vezes a gente
729 encontra essa dificuldade de conexão, de permanência. Mas, de todo esse
730 tempo que tenho acompanhado as reuniões de URCs, eu acho que é a
731 primeira vez que acontece de o Presidente perder a conexão mais de uma
732 vez. Vamos ter um pouquinho de paciência. Daqui a pouco voltaremos
733 para dar continuidade a nossa reunião. Muito obrigada e agradeço a
734 compreensão de todos.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
735 “Senhores Conselheiros, peço desculpas porque tivemos um problema
736 técnico aqui, mas acredito que agora a gente consegue prosseguir com os



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

737 trabalhos. Estou com problema técnico na internet. Estamos no Item 7.1
738 Abordagem referente a um auto de infração. Temos inscritos, e conforme
739 regimento cada inscrito tem o direito de falar por cinco minutos. Vamos
740 começar. Sidney, quer fazer suas colocações, por gentileza? Peço, por
741 gentileza, para a Secretaria Executiva também marcar os cinco minutos
742 conforme.” Ana Carolina ASSOC/SEMAD: “Sidney, você tem cinco minutos
743 para se manifestar.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Sr.
744 Sidney, o senhor está na sala?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Peço,
745 que a reunião seja interrompida urgentemente. Não tem a menor condição.
746 Não dá para você deliberar processo com essa intermitência que está
747 acontecendo.” Sidney Soares, Representante do Empreendedor: “Eu estou
748 na sala.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Só um
749 instante, por gentileza, Senhores Conselheiros. Nós estamos com a equipe
750 da TI junto à Marcela, lá na SUPRAM. Ela está com a gente aqui na sala.
751 A equipe da TI está lá verificando porque a Marcela está no mesmo
752 espaço e a conexão dela não está intermitente. Eu peço só um segundo,
753 Senhores Conselheiros, que vocês tenham um pouco de paciência para a
754 gente tentar resolver isso. Como disse o Conselheiro Júlio, da Ordem, para
755 a gente não ter essa intermitência e ter segurança nos nossos trabalhos.
756 Só um instante, por gentileza.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
757 Bueno: “Conselheiros, hoje a gente está com um problema técnico um
758 pouco diferente, mas vamos ver se a gente consegue continuar a reunião.
759 Vocês conseguem me escutar agora?” Vânia Mara de Souza Sarmiento,
760 ASSOC/SEMAD: “Sim, Presidente, estamos escutando.” Presidente
761 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Para tentar dar prosseguimento ao
762 trabalho, seria o uso da palavra do inscrito Sidney. Ele tem direito de se
763 manifestar durante cinco minutos.” Sidney Soares, Representante do
764 Empreendedor: “José Augusto, eu gostaria que fosse atendida a
765 solicitação do advogado Felipe, que fosse ouvido o Tiago primeiro,
766 conforme descrito no chat, a ordem que foi descrita lá.” Presidente
767 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Perfeito, como são quatro inscritos,
768 vocês podem se manifestar na ordem que vocês preferirem. Não tem



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

769 problema. A gente só precisa garantir o regimento quanto ao prazo de
770 cada fala e, se for necessário, é possível prorrogar por mais um minuto, a
771 critério da presidência. E se ainda for necessário, é possível prorrogar
772 mais cinco com a concordância do conselho conforme a DN nº 177/2012.
773 Podem ficar à vontade. Obrigado.” Tiago Aparecido de Moura,
774 Empreendedor: “Boa tarde, senhores. Tudo bem com vocês? Eu sou o
775 Tiago, casado com a Geisla. Sou pai da Ana Luiza. E estou diante dessa
776 situação que complicou muito minha vida porque sou nascido e criado na
777 zona rural. Filho de pessoas rurais. Toda vida trabalhei na zona rural e
778 aqui estão as mãos de um trabalhador. Fiquei muito indignado com essa
779 situação, complicou muito a minha vida, porque sempre cumprimos todas
780 as ordens do órgão, pagamos todos os impostos orientados por eles e
781 seguindo a situação demorando muito para o órgão me dar o resultado. Eu
782 precisando dar continuidade no meu trabalho, muitas despesas. E a
783 floresta que eu estava fica na beira de uma estrada muito movimentada,
784 onde houve o fogo e queimou parte do meu material, precisamos apagar.
785 Fomos lá cobrar do órgão competente. Eles só falavam: ‘você só pode
786 corte e carbonizar.’ Eu fiz isso. Eu estava pagando aluguel dos fornos e
787 precisando muito de terminar o trabalho. Fiquei com muito medo de haver
788 um fogo novamente e eu perder todo o meu material. Eu só queria pedir...
789 Achei uma falta de humanidade em isso tudo porque a gente trabalhando,
790 lutando. Trabalhando do jeito que eu trabalhei para passar por uma
791 situação dessa, fiquei muito indignado. Eu perdi a vontade de trabalhar.
792 Tive problema de saúde e, dentro dos 30 dias após isso, eu não consegui
793 trabalhar porque eu vi que eu não ia ter condição de pagar. Até hoje isso
794 me afetou muito, cortou a minha renda. Eu não tenho condição de pagar.
795 Eu queria pedir às autoridades para ter mais humanidade, mais bom-senso
796 porque a gente que trabalha na zona rural, com um lucro tão pequeno. A
797 gente trabalha muito. Eu levanto cedo, todo dia de madrugada. Trabalho
798 até à noite. Sobra tão pouco a nossa renda. Na hora que chegou essa
799 multa para mim, eu achei que a minha vida não tinha fundamento mais,
800 não. Como que vou pagar isso? Como que vou pagar isso ganhando tão



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

801 pouco. A minha esposa também adoeceu. Nós dois choramos juntos.
802 Descemos lágrimas juntos. Eu acho muito desumano isso, porque não tem
803 cabimento, não. Tanto que a gente ganha pouco, trabalha honestamente,
804 no meu pensamento, na informação que tivemos, estávamos agindo
805 correto, corretamente trabalhando. Não houve má-fé em hora nenhuma.
806 Não causei nenhum dano ambiental. Tudo dentro da lei. Sem má-fé, e
807 passar por uma situação dessa me prejudicou muito porque de ali em
808 diante o carvão que me daria uma rendazinha melhor, do momento em
809 diante, eu parei de trabalhar com carvão. Eu tive que seguir outros
810 trabalhos com a renda muito pequena. Não consegui mais, por isso me
811 deu pânico. Eu tive pânico. Tive que tratar com uma médica que me
812 ajudou, mas me afetou muito. Nossa. A gente trabalhando honestamente,
813 vocês precisam ter mais bom senso, mais humanidade para analisar o
814 meu caso direitinho porque eu não cometi nenhum dano ambiental. Não
815 agi de má-fé. Segui pelas informações. Paguei as taxas. Trabalhei
816 tranquilamente, eu e minha esposa, foi várias vezes. Eu cobrando minha
817 esposa: 'olha, vai lá porque pegou fogo, vai queimar a nossa lenha.' Nós
818 estamos pagando aluguel. Já estava terminando o serviço naquela região.
819 O carvão baixando o preço. A renda não estava compensando mais. A
820 gente queria terminar com o trabalho lá, chegando no fim. Minha esposa,
821 cobrei muito dela. Ela foi. Eu liguei no órgão. Conversei com o Sr. Fidélis.
822 Ele me orientou várias vezes que eu podia fazer o corte e em seguida
823 fazer a carbonização. Aí chega essa fiscal lá e me surpreende. Ela acabou
824 com a minha vida. Até hoje passo noites sem dormir, minha esposa. É
825 preciso ter uma solução para isso para eu continuar. Eu, toda vida, desde
826 menino criado na roça, acostumado a levantar às 4 horas da manhã e
827 trabalhar até enquanto o dia está claro. Eu preciso ficar livre disso para
828 voltar a minha vida normal. Sou um trabalhador digno e honesto. Preciso
829 muito da cooperação, de um esclarecimento disso. Não posso seguir
830 minha vida com esse mal-entendido que seguiu, não fiz erro nenhum.
831 Segui as informações que eu entendi. Peço a colaboração de todos vocês.
832 Estão prejudicando muito, o meu caso, minha vida. Muito obrigado a



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

833 vocês.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Agradeço, Tiago,
834 pelo uso da palavra. Trazer suas questões referentes ao item de pauta.
835 Sidney, salvo engano, ainda tem o senhor para fazer o uso da palavra,
836 Felipe e também a Geisla vai fazer uso da palavra? Sidney, você
837 consegue nos escutar?” Sidney Soares, Representante do Empreendedor:
838 “A Geisla vai acionar o áudio dela para se pronunciar aqui.” Presidente
839 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Ok. Obrigado. Caso ela tenha algum
840 problema técnico para falar, caso você ou o Felipe queiram fazer o uso da
841 palavra, fiquem à vontade, às vezes, para não ficarmos aguardando na
842 reunião.” Sidney Soares, Representante do Empreendedor: “A Geisla vai
843 falar no meu computador. Deu um probleminha no aparelho dela, pode
844 ser?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Sim. Tudo bem. Só
845 para a gente nortear o conselho com relação às indicações, os pontos
846 trazidos pelos inscritos, a gente faz assim: vocês fazem o uso da palavra,
847 trazem todas as considerações, para tentar objetivar e depois nós abrimos
848 a palavra para o IEF para esclarecer os pontos trazidos, esclarecer quanto
849 ao processo ao parecer. E depois, caso o conselho ainda queira sanar
850 algum ponto, a gente também ouve os Conselheiros para depois avaliar
851 sobre colocar o processo em votação.” Geisla, Representante do
852 Empreendedor: “Boa tarde. Eu sou esposa do Tiago. Somos casados há
853 12 anos e estamos juntos há 17 anos. Eu venho de uma família muito
854 humilde. Meu pai é metalúrgico. Minha mãe é faxineira. Desde quando
855 começamos a namorar eu sempre ajudei o Tiago na questão de
856 documentos e de nota fiscal. Nesse documento mesmo, como o Tiago
857 falou, eu fui lá várias vezes procurar saber o porquê da demora. Porque
858 foram três meses e nesses três meses a gente tinha muitas contas para
859 pagar, aluguel dos fornos, as nossas contas pessoais mesmo. Nessa
860 época a nossa filha tinha cinco anos e a gente vinha tratando dela por
861 causa de uma alergia alimentar. Ela tinha alergia a feijão e ovo, inclusive
862 ela tem até hoje. Por uma criança, a gente tinha que fazer tratamento em
863 Belo Horizonte e acabava que a gente gastava muito dinheiro com isso. A
864 gente não tinha como parar a nossa única renda para fazer o tratamento



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

865 dela. Tinha pagado já a taxa, todos os impostos lá que foram impostos
866 para a gente. E com isso a gente foi orientado que já poderia ser feito o
867 corte e a carbonização, que foi o que o Tiago fez. Em momento algum a
868 gente agiu de má-fé ou fez qualquer coisa para que fosse algum crime
869 ambiental. E quando essa multa chegou no valor de mais de
870 R\$ 200.000,00, a gente entrou em desespero, porque como é que a gente
871 vai fazer para pagar isso com tão pouco que a gente ganha. Até hoje eu
872 ainda perco noite de sonho. O Tiago teve depressão. Ele ficou três meses
873 sem conseguir trabalhar. Ele só chorava. Ele teve pânico. A gente perdeu
874 tudo que a gente tinha conseguido até então. Peço desculpas, porque
875 quando eu relembro esse momento me magoa muito. A gente perdeu
876 conta de banco, os cheques todos voltaram. Perdemos cartão de crédito
877 de mais de 10 anos porque a gente ficou mais de três meses sem
878 conseguir pagar porque ele não conseguia trabalhar. E foi muito difícil.
879 Afetou demais a gente. Eu não consigo parar de pensar. É o tempo todo
880 pensando como que a gente vai fazer com essa situação. Como que a
881 gente vai fazer para pagar isso porque a gente é uma formiguinha. A gente
882 trabalha mesmo para sustento. O lucro do trabalhador rural, de quem
883 trabalha na roça, é muito pouco. A gente ganha muito pouco para ter uma
884 multa nesse valor. É uma multa, que eu falo com o Tiago, que se Deus não
885 ajudar a gente de a gente esclarecer tudo isso, vai ficar para os nossos
886 filhos, nossos netos. E vai ficar, porque a gente não tem condições. É uma
887 multa muito alta. Eu peço que vocês olhem com muito carinho por isso,
888 porque a gente não fez nada de má-fé. A gente tentou, fez tudo conforme
889 pedia, conforme o que tinha que ser feito lá no IEF, inclusive a gente
890 pagou tudo que precisava. Eu peço encarecidamente a cada um de vocês
891 que analisem de uma forma e que vejam que a gente é pequeno. A gente
892 não é uma empresa, não é uma empresa grande que consegue sanar
893 esse prejuízo tão alto dessa forma. É isso mesmo. Peço desculpa
894 novamente pela emoção, porque é muito difícil. Só quem já passou por
895 pânico, depressão, ansiedade sabe o que é. Você ver o seu marido chorar
896 por muitas vezes e falar que sua vida não tinha mais sentido, que iria tirar



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

897 a vida dele, porque tinha acabado com a vida dele, tinha acabado com a
898 nossa família. É muito difícil, mas novamente peço desculpas e muito
899 obrigada.” Sidney Soares, Representante do Empreendedor: “Sr. José
900 Augusto, eu queria me manifestar e, logo em seguida, o Dr. Felipe vai
901 iniciar a sua fala também. Inicialmente eu queria esclarecer que a infração
902 é descrita como beneficiamento irregular. E não procede na medida em
903 que já havia um procedimento de regularização de protocolo protocolado
904 antecipadamente no dia 1º de abril de 2019. E ele estava sendo analisado.
905 E a DCC que foi emitida, é a DCC nº 371036-B, ela foi emitida no dia
906 12/07/2019, ou seja, por fim, somente dois dias após a lavratura do auto
907 de infração. Mas o procedimento foi implantado muito antecipadamente, 1º
908 de abril de 2019. Nesse aspecto, conforme o próprio e-mail que a gente
909 teve como orientação formal do analista Fidelis, do IEF Centro-Oeste, a
910 homologação do saldo no SIAM, estou dizendo com as mesmas palavras
911 dele aqui, ‘a homologação do saldo no SIAM é a data do protocolo de
912 entrada da documentação, tendo em vista que o empreendedor estava
913 então autorizado a iniciar o processo de corte e colheita. E é a
914 regularização administrativa necessária para esse procedimento’.
915 Formalmente ele estava autorizado. Nesse caso, do dia do protocolo, dia 4
916 de abril de 2019, foram passados absurdos três meses aguardando a DCC
917 ser emitida. E ele, conforme o próprio Tiago disse aí, já tendo prejuízo de
918 roubo de lenha, esse incêndio que consumiu o parque material na beira da
919 estrada e ele já ciente, já informando o órgão ambiental e da eminência da
920 emissão da DCC, ele não titubeou. Ele estava autorizado por essa
921 orientação e esse entendimento do próprio IEF, então ele não tinha por
922 que esperar mais, a lenha foi depositada no pátio de carbonização já
923 sendo carbonizada inicialmente parte desse material, e outra sendo
924 preparada para carbonização, inclusive nem houve sequer
925 comercialização do material produzido. Nada saiu da propriedade. Não
926 houve irregularidade administrativa pendente. E por isso a gente pede a
927 compreensão do pedido de anulação do auto de infração. O que a gente
928 vê aqui, objetivamente, ele estava autorizado conforme esse e-mail do



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

929 Fidelis. Eu acredito que alguns de vocês já devem ter ciência disso. Se
930 não tiver, a gente disponibiliza esse e-mail aos Conselheiros. Mas, de um
931 modo geral, só para finalizar, a gente vê que do ponto de vista do
932 empreendedor já é muito pesado. É um absurdo que o estado taxe por
933 cada metro de carvão produzido, o suor e o dinheiro do indivíduo. Não
934 basta a Receita Federal abocanhar a parte do lucro desses geradores de
935 emprego, de renda. O Estado deveria fomentar, subsidiar os produtores de
936 madeira de carvão de origem plantada, em detrimento aos de origem
937 nativa. Hoje, quem produz madeira e carvão de origem plantada, tem uma
938 legislação muito pesada e absurdamente punitiva. Tem seu aparato legal
939 onde o estado se garante plenamente sua função de arrecadar ainda mais
940 e pesadamente nas situações em que o empreendedor, porventura, venha
941 cometer pequenos erros, o que não é o caso. O caso dele tem uma
942 continuidade de regularização sequenciada e ele tem o protocolo de 1º de
943 abril de 2019, o que configura esse saldo homologado no SIAM conforme
944 orientação do próprio IEF, já teria autorização para iniciar os
945 procedimentos de corte, colheita e carvoejamento. É isso. É esse
946 esclarecimento que eu queria fazer, pedir a compreensão e a calma em
947 analisar um assunto tão sério que realmente atrapalhou muito a vida.
948 Influenciou de uma forma absurda a vida deles. E venha a ter uma
949 compreensão muito boa desses aspectos técnicos. Vou passar, com o fim
950 do tempo, a fala para o Dr. Felipe. Obrigado, José Augusto e
951 Conselheiros.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado,
952 Sidney. Felipe, pode ficar à vontade.” Felipe, Representante do
953 Empreendedor: “Presidente, boa tarde. Me ouve?” Presidente Suplente
954 José Augusto Dutra Bueno: “Sim. Pode fazer o uso da palavra por cinco
955 minutos.” Felipe, Representante do Empreendedor: “Sr. Presidente, Srs.
956 Conselheiros e Conselheiras, muito boa tarde. Apesar do adiantado da
957 hora e sermos o último julgamento da pauta, eu clamo as Vossas
958 Excelências que tenham bastante atenção a esse caso do Sr. Tiago,
959 porque é um caso singular. É um caso *sui generis*. É um caso com muitas
960 especificidades. Eu preciso fazer uma retrospectiva, uma digressão fática



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

961 para que Vossas Excelências possam entender perfeitamente do que se
962 trata o caso aqui em julgamento. O Sr. Tiago protocolou no dia 1º de abril
963 de 2019 um protocolo para emissão de DCC perante o órgão ambiental.
964 Por mais de três meses ele foi reiteradamente, ele e a esposa, ao órgão e
965 esse documento não foi emitido. No dia 3 de julho de 2019 foi realizada
966 uma vistoria no local e a fiscal supostamente entendeu que no local
967 haveria ocorrido uma infração de beneficiamento irregular de carvão.
968 Contudo, Excelência, dois dias depois, no dia 10 de julho de 2019, a
969 competente DCC foi emitida. E aqui já vem o primeiro questionamento. Se
970 tivesse de fato tudo errado, por que o documento foi emitido? Eu pergunto
971 as Vossas Excelências se é justo o cidadão que precisa de um documento
972 para trabalhar, para colocar o pão na mesa, para colocar comida para a
973 família, para pagar o aluguel, energia e a água, fica três meses esperando
974 um documento. Um documento de ato vinculado uma vez que preencheu
975 os requisitos e ele obrigatoriamente tem que ser emitido. Cidadão ficar
976 esperando, vendo sua família passar a miséria, a fome. Começa desde já
977 a ter que se pensar sobre o que é justo para esse caso. O que é justo. E,
978 nessas idas e vindas, do Sr. Tiago e da sua esposa Geisla ao órgão
979 ambiental, nessas idas e vindas durante três meses, eles foram orientados
980 no próprio órgão ambiental que poderiam, sim, fazer o corte e a colheita,
981 porque o entendimento majoritário, predominante no órgão, naquela época,
982 era de que ele poderia fazer o corte e a colheita contando a partir da data
983 de protocolo da DCC que foi 1º de abril de 2019. Esse entendimento foi
984 consubstanciado. Esse entendimento foi institucionalizado através de um
985 e-mail enviado pelo Analista Ambiental Sr. Fidelis, em 27 de janeiro de
986 2020. O Sr. Tiago recebeu essa informação e posteriormente o próprio
987 órgão confirmou e institucionalizou essa informação através do e-mail.
988 Esse e-mail chegou às minhas mãos ontem e, na data de ontem ainda,
989 procedi ao protocolo na sede do órgão do IEF para que Vossas
990 Excelências pudessem ter acesso a esse e-mail. Esse e-mail está aqui em
991 minhas mãos. Está aqui, dia 27 de janeiro de 2020. Sr. Fidelis, Analista
992 Ambiental. É um e-mail institucional. Esse e-mail foi enviado a todos os



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

993 consultores ambientais da região, diga-se de passagem. No e-mail
994 institucional o Sr. Fidelis diz: 'E-mail de caráter informativo. Recebemos
995 orientação para que a homologação do saldo no SIAM', repito,
996 'homologação do saldo no SIAM em processos de DCC seja a data do
997 protocolo, (entrada da documentação), tal orientação se baseia no fato de
998 que, a partir do momento em que o empreendedor está autorizado a fazer
999 o processo de corte e colheita. A validade continua a mesma, até 24
1000 meses conforme Resolução IEF/SEMAD nº 1.906/2013. Qualquer dúvida,
1001 estamos à disposição.' Foi protocolado ontem. Está disponível para
1002 Vossas Excelências. A defesa teve acesso ontem e juntamos ao processo.
1003 O próprio órgão institucionalizou a orientação que a data do protocolo da
1004 emissão da DCC, que no caso do Sr. Tiago foi no dia 1º de abril, o
1005 empreendedor já podia fazer o que ele fez. Ele fez o que fez porque foi
1006 orientado pelo órgão. Esse senhor, Vossas Excelências foram capazes de
1007 perceber hoje, viu pela mão do homem de um trabalhador, é um homem
1008 de baixa escolaridade. Nascido e crescido na roça. Se ele recebe uma
1009 informação de um órgão público, ele não tem capacidade cognitiva para
1010 confrontar isso. Cria-se expectativas legítimas. Ele foi a um órgão público e
1011 foi informado pelo órgão público que podia fazer o que fez. E mais tarde
1012 veio o órgão público, vem a fiscal, discorda do entendimento do analista
1013 ambiental e multa. O que estou pedindo a Vossas Excelências é que se
1014 possa fazer justiça, porque uma divergência *interna corporis*, uma
1015 divergência posterior do órgão de entendimento não pode punir
1016 retroativamente um cidadão. Isso é absurdo. Isso é inadmissível. Eu estou
1017 suplicando a Vossas Excelências por justiça. Sr. Presidente, meus últimos
1018 10 segundos, peço que me dê mais um minuto para que eu possa
1019 encaminhar as minhas considerações seguintes. Suplico por justiça porque,
1020 em nome do direito, a história da humanidade está repleta de atrocidades
1021 feitas em nome do direito. O que eu suplico a vós é justiça. É a justa
1022 medida ao caso do Sr. Tiago. Qual era a expectativa desse homem frente
1023 à uma orientação que recebeu do próprio IEF? Era possível imaginar que
1024 ele teria condições de dizer: 'não, espera lá, o analista ambiental, o Sr.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1025 Fidelis, está errado. Eu não posso fazer isso.’ E posteriormente todos os
1026 consultores ambientais da região recebem esse e-mail confirmando o que
1027 estamos dizendo aqui. Está provado. Se Vossas Excelências tiverem um
1028 mínimo de dúvida, eu suplico, peçam vista. Examinem o e-mail. Examinem
1029 os autos com a acurácia para que possam aplainar a consciência e fazer
1030 justiça nesse caso. Eu tenho ainda, Sr. Presidente, umas considerações,
1031 porque esse caso é muito complexo e peço que seja suplicado ao
1032 conselho que me dê mais cinco minutos. Porque se Vossas Excelências
1033 não concordarem com essa tese principal da defesa, de desconstituição de
1034 auto, porque o Sr. Tiago agiu conforme o órgão determinou que ele agisse,
1035 então nós temos ao menos uma tese subsidiária. Qual que é a tese
1036 subsidiária? O parecer do IEF é contrário a conversão...” Presidente
1037 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Pela ordem, por gentileza.” Felipe,
1038 Representante do Empreendedor: “Perdão, não estou ouvindo o senhor.”
1039 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Doutor Felipe, só para a
1040 gente seguir com o processo. A gente considera o pleito que o senhor está
1041 fazendo, mas observando o regimento, uma vez que o pedido de
1042 acréscimo de mais cinco minutos. A gente ouviu o seu pleito. Acredito que
1043 o conselho vá, sim, ser favorável. Você estava concluindo o seu raciocínio,
1044 mas só para a gente seguir o regimento, eu coloco para o conselho, caso
1045 alguém esteja contrário ao pedido de prorrogação por mais cinco minutos,
1046 gentileza se manifestar. Se não, a gente já concede mais cinco minutos
1047 para o Felipe poder concluir a fala dele conforme essa possibilidade de
1048 falar por mais cinco minutos. Não havendo nenhuma manifestação em
1049 contrário do conselho. Felipe, por gentileza, pode complementar a sua
1050 fala.” Felipe, Representante do Empreendedor: “Concluir para minhas
1051 argumentações finais. Me fazendo entender bem, o que aconteceu no
1052 caso do Sr. Tiago foi um protocolo no dia 1º de abril de 2019 para emissão
1053 da DCC. Infelizmente essa não é a prática do órgão IEF porque todos nós
1054 sabemos que é um órgão que muito nos orgulha enquanto cidadãos
1055 porque é um órgão proficiente. Aquele que zela efetivamente porque está
1056 previsto na constituição da eficiência, artigo 37. A gente não sabe. A gente



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1057 sabe que o IEF é um órgão competente, mas infelizmente numa casuística,
1058 num caso isolado do Sr. Tiago, isso não aconteceu. Três meses para
1059 emitir um documento, com essa família sofrendo as penúrias, as mazelas
1060 e, mesmo assim, o documento é emitido depois da autuação. Só para
1061 Vossas Excelências terem uma ideia, essa multa de mais de
1062 R\$ 270.000,00, se atualizada desde 2019, certamente vai alcançar a cifra
1063 de quase meio milhão de reais. Vão tirar o pão da mesa dessa família. Ele
1064 não tem condição nenhuma de pagar isso. O que essa família que está
1065 sofrendo inclusive com doenças, com patologias frente a essa situação,
1066 como vão sobreviver? Eu peço justiça. Eu peço justiça. A justa medida
1067 para esse caso. É analisar nos detalhes, no cuidado. Eu digo a Vossa
1068 Excelência que sou formado em Direito e se chego em um órgão público e
1069 me dizem que tenho que agir de tal forma, eu vou agir dessa forma.
1070 Imagina um semianalfabeto. O Tiago que me desculpe, mas ele é um
1071 capiau da roça. É um semianalfabeto. Esse homem não tem condições de
1072 confrontar uma informação de um analista especializado em área
1073 ambiental. É isso que eu peço a Vossas Excelências. E, subsidiariamente,
1074 se assim o entenderem, que ao menos seja feita a conversão da multa em
1075 notificação. O parecer do IEF é contrário à conversão porque o órgão
1076 alega que o Sr. Tiago supostamente seria reincidente, contudo esse
1077 argumento é totalmente improcedente porque o IEF diz que ele teria uma
1078 infração datada de 2010. E aqui é bom se dizer que não se trata de
1079 nenhuma questão relacionada a carvão, madeira, não. Essa infração de
1080 2010 é porque esse senhor mora em uma casa e o lote ao lado da casa
1081 dele, em virtude das fortes chuvas, estava sendo prejudicada, ia
1082 desbarrancar, ia cair e ele precisou colocar terra para segurar o muro do
1083 lote ao lado da casa dele para que o teto da casa dele não caísse sobre a
1084 cabeça da família. O crime desse homem foi proteger a família, botar terra
1085 no lote do lado para que a casa dele não caísse, não fosse prejudicada. Só
1086 que isso ocorreu em 2010, inclusive essa infração foi remida. Não houve
1087 decisão administrativa definitiva sobre isso. O argumento do IEF que ele
1088 seria reincidente portanto não poderia fazer a conversão em notificação, é



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1089 totalmente improcedente, porque o artigo 11, do Decreto Federal nº
1090 6.514/2008, é expresse, a lei é clara e expressa ao dizer que ‘para
1091 caracterizar reincidência o infrator deve cometer nova infração penal
1092 dentro de um prazo de cinco anos, da lavratura da infração penal anterior.’
1093 Conselheiros, Conselheiras, a infração anterior é de 2010. Já se passaram
1094 nove anos, quase o dobro do que exige a lei. Ele não pode ser
1095 considerado, em hipótese alguma, como reincidente. E se o argumento do
1096 IEF para o afastamento da conversão é único e exclusivo com base na
1097 reincidência, se a reincidência desaparece, logo, é possível a conversão.
1098 Eu volto a dizer, esse caso precisa de justiça. Essa família precisa de
1099 justiça. É a justa medida, porque o direito é injusto. O direito provoca
1100 injustiças. O direito não traz paz social e aqui precisa de justiça. Eu clamo
1101 a consciência reta de Vossas Excelências para que possam examinar essa
1102 situação de um pai de família, que seguiu as orientações do órgão, que fez
1103 tudo que determinou o órgão, que posteriormente se viu em uma situação
1104 de que o órgão muda o entendimento interno, se o fiscal, a fiscal, discorda
1105 do analista ambiental, ele é posto nessa situação. Está aqui para ser
1106 condenado. Está aqui para ser penalizado. Está aqui para ser multado.
1107 Com todo respeito, eu reitero o meu respeito ao órgão do IEF, porque é
1108 um órgão competentíssimo, muito orgulha os mineiros. Mas nesse caso
1109 agiu errado. Era para estar sentado aqui no banco dos réus, junto com o
1110 Sr. Tiago, o IEF, porque ele recebeu orientação foi a via do órgão. Ele fez
1111 o que o órgão mandou. Eu peço a Vossas Excelências que esse auto de
1112 infração seja desconstituído, seja anulado. E se não for, que converta a
1113 penalidade multa em notificação, porque não existe reincidência.
1114 Reconhecer reincidência nesse caso é totalmente ilegal. Eu confio na
1115 justiça de Vossas Excelências. Vou para casa hoje tranquilo sabendo que
1116 aqui vai se fazer justiça. Muito obrigado. Um grande abraço a todos. E que
1117 Deus ilumine vossas consciências.” Presidente Suplente José Augusto
1118 Dutra Bueno: “Obrigado, Felipe. Equipe do IEF, tendo em vista todas as
1119 colocações trazidas pelos inscritos, vocês poderiam trazer esclarecimentos
1120 com relação ao que eles apresentaram. Túlio, da FIEMG, você quer fazer



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1121 uso da palavra?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Vamos ouvir o IEF
1122 primeiro.” Tatiana Vieira, NUCAI-IEF: “Boa tarde, Presidente. Boa tarde,
1123 Conselheiras e Conselheiros. Tatiana Vieira, CAI-IEF, setor responsável
1124 pela análise processual do recurso apresentado pelo Sr. Tiago. Parece
1125 que a Luciana, do setor técnico do IEF, da Unidade Regional de Florestas
1126 e Biodiversidade da Regional Centro-Sul, pediu a palavra. Vou passar
1127 primeiramente a ela. E, logo após, peço para retomar para que eu faça as
1128 considerações relacionadas à análise processual do processo
1129 administrativo em comento.” Felipe, Secretaria Executiva: “Luciana, não
1130 estamos te escutando. Você está com o microfone aberto, está falando,
1131 mas não estamos te escutando.” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Sr.
1132 Presidente, reitero novamente. A gente precisa ter uma dinâmica melhor
1133 na reunião. O IEF já se manifestou. A Tatiana poderia apresentar suas
1134 considerações até resolver essa questão do áudio. Porque nós todos
1135 temos compromisso. Já são 15h48. A reunião deveria durar no máximo
1136 uma hora. Nós já estamos há três horas. Obrigado.” Presidente Suplente
1137 José Augusto Dutra Bueno: “Sim, Conselheiro. Concordo totalmente com a
1138 sua colocação. Tatiana, por gentileza, manifestar com relação a todos os
1139 pontos trazidos.” Tatiana Vieira, NUCAI-IEF: “Sim. Vamos seguir aqui com
1140 a análise processual considerando que a Luciana está tendo dificuldades
1141 técnicas para poder fazer as considerações dela. Inicialmente eu trago que,
1142 enquanto cidadã, somos todos sensíveis a situação do Sr. Tiago.
1143 Realmente, são valores bem vultuosos, mas, enquanto servidora pública,
1144 eu preciso seguir um dos princípios básicos que é o da legalidade.
1145 Enquanto pertencente ao poder executivo, eu preciso fazer valer o que
1146 está previsto na legislação, ainda que como colocado pelo Sr. Felipe não
1147 seja o justo. Da análise do processo em si.” Presidente Suplente José
1148 Augusto Dutra Bueno: “Tatiana, o seu áudio fechou.” Vânia Mara de Souza
1149 Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Tatiana, você ficou muda.” Tatiana Vieira,
1150 NUCAI-IEF: “Problemas técnicos, porque o meu microfone ficou aberto.”
1151 Vânia Mara de Souza Sarmiento, ASSOC/SEMAD: “Você mutou. É só você
1152 voltar.” Tatiana Vieira/CAI-IEF: “Não está mudo, Vânia. Pela ordem, eu não



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1153 sei até onde os senhores Conselheiros me escutaram. Alguém poderia se
1154 manifestar a respeito?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Até o
1155 princípio da legalidade a senhora não poderia divorciar-se dele.” Tatiana
1156 vieira/CAI-IEF: “Exatamente. Da análise processual verificamos que o auto
1157 de infração foi lavrado *a priori* pelo código 341, mas em decorrência das
1158 alterações promovidas pelo Decreto nº 47.837, a prática passou a ser
1159 descrita pelo código de infração nº 338 e sem alteração da natureza da
1160 infração ou mesmo dos valores. A multa foi aplicada em 400 UFEMGs com
1161 acréscimo de 150 UFEMGs por metro de carvão. Pois bem, da análise do
1162 que está previsto no decreto, percebe-se que a infração foi aplicada nos
1163 moldes da norma vigente. O que não caberia a nós, enquanto servidores,
1164 fazer nenhuma análise discricionária nesse sentido, considerando que já
1165 foi aplicado o mínimo previsto na própria norma. No que diz respeito dos
1166 pontos apresentados no recurso pelo Sr. Tiago, ele questiona a questão do
1167 pedido de conversão da multa em notificação. Como já apresentado pelo
1168 Sr. Felipe, de fato, o Sr. Tiago poderia, sim, fazer se valer desse instituto
1169 desde que, conforme previsto no artigo 51, do Decreto nº 47.383/2018, no
1170 parágrafo 3º, diz que não será aplicada a notificação quando constatado
1171 que o autuado anteriormente possui penalidades que se tornaram
1172 definitivas. Nesse ponto eu gostaria de chamar a atenção dos senhores
1173 que no ano de 2015 entrou em vigor a Lei nº 21.735 que, entre outras
1174 coisas, remitiu alguns créditos não tributários do IEF e do IMA, do SISEMA
1175 como um todo e IMA. E o que acontece? No artigo 6º, no parágrafo 5º,
1176 prevê que os autos de infração que estivessem pendentes de recurso,
1177 como era o caso do auto do Sr. Tiago, esses autos poderiam ser remetidos
1178 desde que houvesse uma aquiescência ou uma concordância por parte
1179 dos autuados. No entanto, eles teriam um prazo, caso não fizessem, o
1180 órgão de ofício poderia remitir esses créditos, ou seja, perdoariam os
1181 débitos. Perdoariam os valores pecuniários da multa. No entanto, tornaria
1182 a multa definitiva. Se antes questionavam se a decisão seria definitiva ou
1183 não, a partir do momento da remissão, essas penalidades tornam-se
1184 definitivas. O que acontece? De fato, o auto de infração do Sr. Tiago, ele



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1185 foi lavrado em 2010, no entanto, esse recurso não foi apreciado. O recurso
1186 apresentado por ele ainda não havia sido apreciado. E, a partir do
1187 momento que ele não se manifesta em contrário em relação a remissão,
1188 essa remissão, ela é relançada de ofício. De fato, ele não precisaria pagar,
1189 no entanto essa penalidade ficaria registrada podendo, sim, ser computada
1190 como reincidência. Apesar da lei ser de 2015, esse acréscimo foi dado só
1191 em 30/06/2017 através da Lei nº 22.549 que alterou a lei de remissão. Dito
1192 isso, o que se entende é o seguinte: a partir de 2017, diante da não
1193 manifestação do Sr. Tiago, a penalidade se torna definitiva, passando
1194 assim a incorrer o prazo para reincidência. Considerando que o Sr. Tiago
1195 foi autuado novamente, uma nova prática, no ano de 2019, entendemos
1196 que sim, que caberia uma reincidência genérica conforme previsto,
1197 inclusive, apesar do Sr. Felipe ter mencionado uma legislação federal, nós
1198 temos na legislação estadual a mesma colocação dizendo sobre essa
1199 questão de reincidência. A legislação do 47.383, ela é bem clara nesse
1200 sentido no seu artigo 81, do Decreto nº 47.383, que prevê essas questões
1201 relacionadas à reincidência. Se me permitem, farei a leitura só a título de
1202 esclarecimento. 'Para os efeitos deste decreto, verifica-se a reincidência,
1203 genérica ou específica, quando a pessoa natural, pessoa jurídica ou
1204 empreendimento comete nova infração ambiental em qualquer parte do
1205 Estado, após a prática de infração ambiental anterior cuja aplicação da
1206 penalidade tenha se tornado definitiva há menos de três anos da data da
1207 nova autuação.' Considerando que a lei, esses processos que estavam
1208 pendentes de julgamento e a Lei nº 21.735, ela foi alterada somente em
1209 2017 para que se pudesse a prerrogativa do IEF remitir esses processos
1210 de ofício, caso não houvesse manifestação do autuado em sentido
1211 contrário, entende-se que essa multa só foi remitida e a penalidade só se
1212 tornou definitiva em 2017. Associando o que estava previsto na Lei nº
1213 21.735 com o que é previsto no Decreto nº 47.383, em especial no seu
1214 artigo 81, temos que, de fato, a reincidência poderia ser aplicada sim. Isso
1215 é sustentado no parecer. Inclusive, isso foi até uma informação trazida
1216 pelo próprio Sr. Tiago no recurso dele, onde ele levanta essa questão



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1217 desse auto de infração que havia sido remetido. Nesse sentido, o NUCAI
1218 entende que não seria possível a conversão dessa multa em notificação
1219 considerando o que está disposto no artigo 51, do Decreto nº 47.383.
1220 Outro ponto que a gente entende também ser pertinente falar, é sobre
1221 essa orientação que foi dada pelo Sr. Vidal, parece que essa informação
1222 não foi juntada ao processo administrativo, a equipe do NUCAI tomou
1223 conhecimento desse e-mail apenas agora em reunião. Nesse sentido, a
1224 gente não se manifestou com relação a esse item, mas lembrando que o
1225 auto de infração foi lavrado em 10/07/2019. E essa informação chega às
1226 mãos do Sr. Tiago em 27/01/2020. Gostaria que os senhores se ativessem
1227 nessas questões. No mais, o processo seguiu com todas as análises da
1228 defesa e recursos apresentados pelo Sr. Tiago, portanto, cumprindo o
1229 devido processo legal. Inclusive vindo a julgamento por esse ilustre
1230 colegiado, acredito que processualmente o IEF segue opinando pelo
1231 indeferimento desse recurso. Não sei se houve restabelecimento da
1232 conexão da equipe técnica do IEF na Regional Centro-Oeste, para que
1233 eles possam fazer a manifestação técnica relacionada a esse auto.
1234 Obrigada a todos.” Felipe, Representante do Empreendedor: “Presidente,
1235 questão de ordem.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
1236 “Felipe, eu vi que você uma questão da colocação de ordem no chat. Com
1237 relação a questão do prazo, do prazo de manifestação, conforme o
1238 regimento da questão de ordem, porque eu acho importante realmente
1239 esclarecer para o conselho, para todo mundo que acompanha a reunião,
1240 com relação a sua pergunta, quanto ao prazo, tendo em vista o prazo de
1241 fala dos inscritos e a fala da Tatiana, do IEF, que está procurando sanar
1242 certamente as dúvidas que vocês trouxeram, que são importantes para o
1243 conselho poder decidir. Eu vou pedir, por gentileza, para a Marcela, que
1244 está como assessora, assessoria à presidência, para trazer esses
1245 esclarecimentos quanto ao regimento no que tange à fala e os
1246 esclarecimentos da equipe do SISEMA, no caso, a equipe do IEF, e depois
1247 vamos sanar esse ponto primeiramente o que o senhor trouxe, pode ser?”
1248 Marcela, SUPRAM ASF: “Só fazendo essa intervenção rapidamente.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1249 Realmente, pelo regimento não consta esse limite de prazo por parte do
1250 estado, vamos assim dizer. Mas, para manter aqui o contraditório e a
1251 ampla defesa, para que todos possam se manifestar, a gente vai observar
1252 essa questão do prazo para que, tanto de um lado quanto do outro,
1253 possam falar mais ou menos o mesmo tempo.” Presidente Suplente José
1254 Augusto Dutra Bueno: “Tendo em vista a sua colocação, em que peso o
1255 regimento não prevê, no seu texto, na DN 177, como foi esclarecido pela
1256 Marcela, na assessoria jurídica. Apesar de não expor expressamente que
1257 há uma limitação de prazo para o esclarecimento da equipe interdisciplinar,
1258 talvez até com uma finalidade de buscar que todos os pontos restem
1259 esclarecidos, mas, em respeito a uma lógica constitucional de ampla
1260 defesa que implica em medidas de paridade, a gente pede, só por
1261 gentileza, para que cada integrante do IEF procure cumprir o prazo de
1262 aproximadamente 10 minutos para a gente manter esse equilíbrio e trazer
1263 uma ótica mais funcional para a própria decisão do conselho, até porque é
1264 a norma máxima do ordenamento jurídico e também se aplica aos
1265 processos administrativos. Em que pese não prever expressamente é algo
1266 que se pode, sim, extrair de uma interpretação sistemática de toda a
1267 legislação, então é só para a gente trazer esse ponto. Pelo que eu vi do
1268 que foi trazido, já houve um esclarecimento com relação ao pedido
1269 alternativo de alteração da penalidade para notificação para advertência
1270 que, segundo o IEF, eles entendem que não é cabível e também houve
1271 esclarecimento com relação à reincidência, a prática dos atos da
1272 legalidade. Em que pese a gente ter uma previsão processual de que os
1273 documentos para a decisão do processo, eles serem publicados com
1274 antecedência de 10 dias, certamente o ponto trazido pelo Felipe tem uma
1275 relevância porque é um e-mail, é um fato que, em que pese ter passado o
1276 prazo processual, típico, mas é um fato relevante. É um fato importante de
1277 caráter público que a gente precisa considerar. Pediria, por gentileza, se o
1278 IEF puder trazer esclarecimentos, principalmente com relação ao e-mail
1279 encaminhado por um dos servidores do IEF, dizendo que a data a ser
1280 considerada era a data do protocolo, uma vez que a autuação ocorreu



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1281 pouquíssimos dias depois, saiu o ato autorizativo. Qual é o entendimento
1282 atual ou qual é o entendimento do IEF, se vale a data do protocolo ou se
1283 vale é a data da emissão do ato autorizativo, que isso é essencial para a
1284 caracterização...” Felipe, Representante do Empreendedor: “Presidente,
1285 uma questão de ordem, por favor. Eu pediria que o chat fosse reativado
1286 para que, eventualmente, em qualquer intercorrência, a gente pudesse
1287 reportar ao chat. O chat para mim foi bloqueado. Não posso mais fazer
1288 qualquer consideração. Peço que Vossa Excelência considere a situação
1289 de reativar o chat para não atrapalhar a fala dos eminentes servidores do
1290 IEF e que a gente possa enviar qualquer questão no chat. Muito obrigado.”
1291 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Felipe, vamos fazer o
1292 seguinte, até porque os Conselheiros podem pedir algum esclarecimento
1293 para vocês como representante da empresa. Caso necessário, vocês
1294 eventualmente, na ordem das falas, pode ser que vocês possam
1295 complementar algum ponto. Mas só para a gente tentar manter a ordem da
1296 fala, cada momento um, vamos aguardar agora o IEF trazer todos os
1297 esclarecimentos dos pontos que vocês já trouxeram. O Conselheiro da
1298 FIEMG, o Túlio, inclusive disse que...” Luciana, Supervisora Regional
1299 URFBio Centro-Oeste: “Presidente, boa tarde. É Luciana, servidora. Tudo
1300 bem? Eu estou usando o usuário da Taís aqui porque eu tive um problema
1301 com o meu áudio. Posso iniciar, começar a prestar os esclarecimentos da
1302 parte técnica?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Luciana,
1303 sim. Eu estava só concluindo, para o Felipe, só para a gente manter a fala
1304 de cada um, é importante todas as considerações que eles trouxeram
1305 (áudio ruim) os representantes do empreendedor trazer algum
1306 esclarecimento, complementar. Aí nós reabrimos a palavra, mas, Felipe,
1307 uma vez que o regimento não prevê. Vocês já fizeram o uso pleno da
1308 palavra. Utilizamos os 11 minutos do regimento, vamos agora, até para
1309 oportunizar o contraditório, igual você falou, vamos agora ouvir o IEF e
1310 depois a gente ouve o conselho para avaliar se o processo tem condições
1311 de ser colocado em votação. Se tiver alguma dúvida do conselho, aí a
1312 gente ouve vocês, ouve o IEF para terminar de tornar a situação madura



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1313 para a decisão. Pode ser?” Felipe, Representante do Empreendedor:
1314 “Presidente, só uma outra questão de ordem. Gostaria de saber o que
1315 prevê o regimento em relação a quem está devidamente inscrito para
1316 sustentar pelo IEF. O IEF pode trazer servidores que não estavam inscritos
1317 para poder sustentar? Essa é a minha questão para saber, de fato, o que
1318 consta no Regimento Interno. Obrigado.” Presidente Suplente José
1319 Augusto Dutra Bueno: “Felipe, conforme o Decreto Estadual nº
1320 46.953/2016, ele prevê sobre qualquer órgão normativo que dispõe sobre
1321 o Regimento Interno, no caso é a DN nº 177/2012, do COPAM, até que
1322 saia um novo ato normativo. O regimento aplicável é esse. Eles não fazem
1323 uma restrição a qual servidor do IEF vai fazer uso da palavra. A regra dos
1324 inscritos é para o público em geral, até respeitando o princípio democrático
1325 da decisão para que os cidadãos, até um interessado indireto, não
1326 necessariamente o próprio empreendedor, possam contribuir na análise e
1327 deliberação do conselho. O requisito para fazer uso da palavra, ele se
1328 aplica para os cidadãos, para o interessado, mas ele não se aplica para os
1329 servidores. A gente está fazendo uma interpretação do regimento à luz da
1330 constituição com uma análise dentro da lógica administrativa, dentro da
1331 limitação nossa como agentes públicos, mas nós estamos seguindo nesse
1332 ponto. Não tem como desconsiderar o que o regimento prevê. Para os
1333 inscritos é necessário a inscrição, igual você conhece, que foi feito
1334 inclusive por vocês antes até o período da reunião. Uma vez, a reunião
1335 começou, entenda-se a necessidade de esclarecimento da equipe do IEF,
1336 não há restrição até porque pode ser que mude algum representante do
1337 IEF e é importante que a resposta seja feita pela instituição, pelo IEF ou
1338 pela SEMAD. Não há uma vedação de que a Tatiana, ou as vezes uma
1339 outra pessoa x do IEF não estava inscrita. Agora, nesse momento de fala
1340 do IEF, podem ser ouvidos qualquer representante desse ente para que
1341 possa tentar esclarecer, sanar os pontos que vocês trouxeram que são
1342 importantes. Tem essa especificidade, mas a gente vai trabalhar na linha
1343 que nós falamos de dar um prazo limitado para tentar trazer uma paridade,
1344 uma justiça ou coerência para o processo administrativo, e essa decisão



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1345 aqui. Mas, então não há uma vedação. Consegui sanar sua dúvida de
1346 ordem, Felipe.” Felipe, Representante do Empreendedor: “Sim, muito
1347 obrigado. Agradeço, Vossa Excelência, pela sapiência conforme explica aí,
1348 é uma verdadeira aula. Muito obrigado.” Presidente Suplente José Augusto
1349 Dutra Bueno: “Obrigado também. Luciana, por gentileza.” Luciana,
1350 Regional de Florestas e Biodiversidade - Centro-Sul/IEF: “Boa tarde,
1351 Presidente. Boa tarde, Conselheiros e demais participantes. Eu peço a
1352 liberdade para fazer o compartilhamento de uma tela aqui que eu acho que
1353 vai melhor explicitar o caso. Posso fazer o compartilhamento? Presidente?
1354 Posso compartilhar uma tela com vocês para poder ficar mais fácil o
1355 entendimento? Eu trago a todos aqui uma folha, um documento juntado ao
1356 processo administrativo. Essa folha juntada é um resumo. O que
1357 aconteceu? Foi solicitado ao IEF aqui, ao Regional Centro-Oeste, que a
1358 gente apresentasse a forma como foi lavrado o auto concluiu pelo uso
1359 indevido do material, pelo consumo indevido. À época que a gente fez
1360 esse levantamento, o servidor Fidelis estava afastado. Ele veio a falecer,
1361 inclusive. E a servidora que havia lavrado o auto estava em licença,
1362 tratamento de saúde, então esse levantamento foi feito por mim e pela
1363 Júlia Teixeira, que é a atual coordenadora do IEF. O que acontece? O
1364 autuado fez quatro processos...” Conselheiro Júlio César de Oliveira:
1365 “Presidente, está inaudível.” Luciana, Regional de Florestas e
1366 Biodiversidade – Centro-Sul/IEF: “Melhorou? Vocês estão me entendendo
1367 agora, por favor?” Continuando aqui, a gente fez o levantamento. O
1368 autuado havia apresentado quatro DCCs da mesma área, da mesma
1369 propriedade, então, a primeira DCC, ele declarou um rendimento de 600
1370 metros de (áudio ruim), só que o rendimento autorizado foi de 378 metros,
1371 ou seja, um rendimento bem inferior ao que ele declarou. Esse primeiro
1372 rendimento, esse primeiro processo, ele foi notificado a apresentar o
1373 inventário da área, notificado através do seu procurador, do consultor
1374 constituído no processo, e o consultor manifestou que concordava com o
1375 rendimento autorizado de 378 metros. Logo em seguida, ele entrou com
1376 outro processo declarando 825 metros, tendo sido autorizado os mesmos



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1377 825. Logo depois, ele entrou com o terceiro processo, que foi o terceiro
1378 levantado pelo advogado aqui do autuado. Foi declarado 500 e autorizado
1379 500, e, logo em seguida, que foi o último processo, entre esses dois
1380 ocorreu a autuação, ele declarou 800 metros e foi autorizado 320. O que
1381 acontece? Quando ocorreu a autuação, ele foi autuado porque estava
1382 consumindo 425 metros sem acobertamento. A gente entende que, apesar
1383 de autorizado somente os primeiros 378 metros, (áudio ruim) o volume
1384 autorizado e tão somente como declarado. E como as DCCs são... veio
1385 uma, logo sequenciais. Elas iniciaram em novembro e a última foi emitida
1386 em julho. Ele foi feito de forma irregular. O que aconteceu (áudio ruim)
1387 saldo de 140 exatamente porque ocorreu a autuação. Mas se a gente
1388 somar, diminuir desses 140 os 480 levantados na autuação, fica evidente
1389 que realmente houve o material desacobertado. O que a gente tinha a
1390 trazer é isso. O que foi levantado pelo advogado foi tão somente a
1391 homologação do saldo ter ocorrido antes, mas a homologação do saldo ter
1392 ocorrido antes não modifica esse consumo excessivo. Se a gente for fazer
1393 uma soma de tudo que foi consumido lá, se a gente somar tudo que foi
1394 transportado, a gente vai ver que é muito... Vai somar, vai bater certo com
1395 os 480 que foram apurados lá sem acobertamento. Fui clara? Tem alguma
1396 questão a ser colocada?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Só uma
1397 questão. Segundo apresentado pela senhora, ainda que haja autorização,
1398 tardia ou não, a gente vai discutir isso em um segundo momento. Haveria
1399 a extração desacobertada por guia?” Luciana, Regional de Florestas e
1400 Biodiversidade – Centro-Sul/IEF: “Exatamente. Essa exploração vinha
1401 ocorrendo desde a primeira autorização, desde a primeira DCC autorizada.
1402 Você pode ver que de 600 declarados, houve rendimento autorizado de
1403 378. Eu até não acredito na má-fé do autuado, mas nós comunicamos
1404 expressamente. Eu tenho aqui a cópia do e-mail. Desculpa, vou
1405 compartilhar novamente. Que o Sr. Marco Antônio concorda com esse
1406 rendimento apresentado, levantado após análise. A gente abriu a
1407 oportunidade de apresentação de um inventário florestal e foi negada essa
1408 possibilidade com a autorização de liberado somente os 378 metros de



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1409 carvão. Ok?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Só pedir,
1410 por gentileza, para cada momento que alguém for fazer o uso da palavra,
1411 só registrar que está falando e a representação porque é importante para o
1412 registro da reunião e até para a confecção da ata posterior.” Conselheiro
1413 Júlio César de Oliveira: “Desculpa, Presidente, Júlio Oliveira, OAB.”
1414 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Túlio, FIEMG,
1415 você tinha solicitado para aguardar a manifestação do IEF. Você quer
1416 trazer.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “É mais uma questão das dúvidas
1417 dos pontos que foram apresentados. Em relação ao que foi citado na
1418 primeira autuação dele, que a gente está falando na questão de remetida. A
1419 minha dúvida inicial é quando foi que ele foi autuado nessa primeira que foi
1420 remetida em 2017 pela explicação. E se essa época o empreendedor
1421 entrou com a defesa dessa autuação ou se não houve essa defesa? Pode
1422 fazer todas as dúvidas e depois respondem ou querem ir fazendo e
1423 respondendo?” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Túlio,
1424 pelo andamento da reunião, se puder trazer todas as questões, que o IEF
1425 já responderia todos os pontos. Pode ser?” Conselheiro Túlio Pereira de
1426 Sá: “Pode. E a outra dúvida nessa apresentação que a Luciana fez agora,
1427 sobre a questão dos valores dos 480 metros que eles pegaram, a minha
1428 dúvida é se foi uma somatória desse contexto todo desde 2018 ou se a
1429 identificação foi feita somente nas últimas levas. São só essas duas
1430 dúvidas.” Luciana, Regional de Florestas e Biodiversidade – Centro-
1431 Sul/IEF: “Túlio, eu vou fazer de novo o compartilhamento aqui. Cada uma
1432 das DCCs gera um volume autorizado a ser transportado. Essa primeira
1433 que foi homologada em novembro de 2018, ela autorizou 378. Logo, em
1434 seguida, no dia 21 de novembro, ele entrou, ele teve homologado um novo
1435 saldo de 825, então esse saldo, esse volume transportado é o volume que
1436 a gente apura com (áudio ruim), a partir do momento em que ele vai
1437 fazendo o transporte, ele tem que fazer o registro desse material através
1438 das DCAs e a gente ter esse saldo liberado no SIAM. O que aconteceu?
1439 Como as DCCs são próximas, relativamente próximas, considerando que
1440 elas têm uma validade de dois anos para que seja feito o consumo. Elas



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1441 são relativamente próximas. O que aconteceu? Um saldo, um segundo
1442 saldo de 829, ele deve ter sobreposto essa exploração de 600, que não
1443 estava autorizada. Todas são do mesmo requerente. Ele colocou lá na
1444 explicação que ele havia arrendado uma área para poder fazer a
1445 exploração e que ele tinha até uma certa urgência em fazer essa
1446 exploração, então eu acredito que a partir do momento que ele tinha
1447 homologado um saldo, ele entrava com outro processo. Só para esclarecer,
1448 cada um desses rendimentos, apesar de ser uma única propriedade, cada
1449 uma é referente a uma área. Por exemplo, vamos supor que ele teve as
1450 áreas A, B, C e D alvo de processo. Ele terminou o saldo da área A, ele já
1451 havia iniciado a exploração da área B, e logo depois a área C, então sem
1452 respeitar realmente essas áreas que estavam ali autorizadas, tendo em
1453 vista que ele indica qual a área que vai ser explorada. A área A ele fez a
1454 exploração da área A mais a área B, então houve uma confusão nesse
1455 sentido aí. Esclareci? Mais alguma questão?” Conselheiro Túlio Pereira de
1456 Sá: “Está esclarecido. É que no próprio parecer de vocês, vocês citam a
1457 questão para cálculo, porque uma das dúvidas gerada foi como vocês
1458 chegaram em aquele valor das UFEMGs de multiplicação dos metros.
1459 Vocês citam uma questão de um estudo que tem a média 148 e vocês
1460 propõem 100, que se entende ser razoável. Era em cima de isso que eu
1461 queria entender esse cálculo todo. Mas esse ponto que você me explicou
1462 está ok.” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Novamente estamos sem
1463 som.” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “É. Não estou ouvindo.” Presidente
1464 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Não está chegando o áudio, não.
1465 Quem do IEF está falando? A gente tinha pedido para identificar, por
1466 gentileza. Edécio levantou a mão. Você quer falar enquanto eles tentam
1467 restabelecer o áudio?” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Esse
1468 processo está me gerando grandes dúvidas. Eu gostaria de solicitar vista
1469 dele.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Edécio, tendo em
1470 vista que é um direito do Conselheiro, você poderia, por gentileza, só
1471 esclarecer. Houve uma orientação para que a gente peça, pelo menos um
1472 esclarecimento para que seja (áudio ruim), está tendo algumas dúvidas.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1473 Caso o Conselheiro queira... Sim, Edécio, pode falar, desculpa.”
1474 Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Eu não tenho algumas
1475 dúvidas. Eu tenho muitas dúvidas. Eu gostaria de me ater com mais
1476 profundidade a esse processo, ter acesso mesmo para que eu consiga dar
1477 uma folheada nele e entender isso com mais clareza. É um valor alto. Vai
1478 penalizar esse produtor rural de uma forma grave, então eu queria ter
1479 acesso a ele para poder verificar até onde vai isso aí. Eu tenho certeza
1480 que isso vai levar esse produtor a uma situação de falimentar. Mas eu não
1481 estou aqui para poder ser bonzinho, não, mas eu quero tentar ser justo.”
1482 Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Edécio. Vista
1483 concedida. Algum Conselheiro mais vai querer fazer vista conjunta com a
1484 FAEMG?” Conselheiro Túlio Pereira de Sá: “Vista conjunta com a
1485 FAEMG.” Conselheiro Mauro César Cardoso Cruz: “Vista conjunta com a
1486 FIEMG e a FAEMG.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
1487 “Certo. Vista concedida para a FAEMG, FIEMG e UEMG. Correto?”
1488 Conselheira Sandra Meire Guimarães: “Presidente, gostaria também de
1489 assinar esse pedido de vista porque eu fiquei com muita dúvida nessa
1490 última fala do IEF, desses outros momentos que o senhor que está sendo
1491 autuado, esses outros momentos que ele teve de exploração do carvão, do
1492 eucalipto, que foram autorizadas, ainda que tenha tido aquela questão da
1493 quantidade, mas ele teve esses momentos em que ele explorou com
1494 autorização. Se é isso que eu entendi. Quero ter mais clareza e acho que
1495 esses esclarecimentos que a Luciana trouxe tinham que constar no
1496 material que a gente tem acesso, para entender esse histórico.” Presidente
1497 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Vista concedida para a SEDESE,
1498 Conselheira Sandra. Sandra, só para poder te esclarecer, uma vez o
1499 pedido de vista, para a próxima reunião, cada Conselheiro tem a
1500 possibilidade, o direito de trazer um parecer sobre esse item, sobre o
1501 processo, e o IEF vai ter acesso a isso cinco dias antes da reunião e vai
1502 ter condições de trazer todos os esclarecimentos previamente para a
1503 reunião. Ele já vai ter conhecimento de tudo que vocês levantaram para
1504 que eles tenham isso para ser trazido na reunião para ser esclarecido.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1505 Está bom?” Conselheira Sandra Meire Guimarães: “Tudo bem. Só queria
1506 registrar essa dúvida, essa pendência.” Presidente Suplente José Augusto
1507 Dutra Bueno: “Conselheiro Mauro.” Conselheiro Mauro César Cardoso
1508 Cruz: “Sim, muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de saber se
1509 tem alguma possibilidade desses esclarecimentos do IEF e outros órgãos
1510 serem trazidos de alguma forma, na forma escrita, de alguma outra
1511 maneira, eu não sei. Porque eu confesso que tive muita dificuldade em
1512 acompanhar o raciocínio durante as falas, dados os problemas técnicos
1513 ocorridos. É um assunto que confesso que não fico muito confortável, não
1514 é uma seara jurídica que eu domino. Então, se puder ter esse subsídio a
1515 mais, ficaria muito agradecido.” Presidente Suplente José Augusto Dutra
1516 Bueno: “Conselheiro, o que normalmente ocorre nesse caso, até na linha
1517 do regimento, cada Conselheiro apresenta o relatório de vistas. O IEF tem
1518 obrigação de trazer os esclarecimentos na próxima reunião e isso é
1519 abordado no conselho na próxima reunião. Uma vez, se restar ainda algum
1520 ponto que o IEF não tenha condições de esclarecer, o parecer (áudio ruim)
1521 uma parte em diligência ou retirada de pauta, mas o encaminhamento,
1522 conforme o regimento, seria cada Conselheiro ter acesso, trazer suas
1523 considerações via relatório de vista para o IEF ter que trazer todos os
1524 esclarecimentos na próxima reunião. Claro que se o IEF quiser trazer,
1525 mediante de tudo que foi trazido aqui, se eles quiserem já proativamente
1526 trazer algum documento, é possível também. Taís, você está com a mão
1527 levantada. Taís, da URFBio. Só lembrando que o processo já está com
1528 vista. A gente está só sanando dúvidas com relação a reunião e ao
1529 encaminhamento. Sim, Taís.” Thaís, URFBio Centro-Oeste: “Boa tarde,
1530 aqui é a Taís, da URFBio Centro-Oeste. Com a anuência da nossa
1531 supervisão, eu me coloco à disposição, coloco à disposição o NCP, a
1532 URFBio Centro-Oeste para esclarecimento de alguma dúvida que os
1533 senhores Conselheiros possam ter, inclusive quando fizerem o parecer de
1534 vista, se tiverem alguma dúvida que possamos esclarecer, nós nos
1535 colocamos à disposição.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
1536 “Obrigado, Taís. O Conselheiro Geraldo, da PUC Minas, levantou a mão.



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1537 Felipe, só pela ordem, tendo em vista a prevalência do conselho na ordem
1538 da palavra, a gente ouve primeiro o Conselheiro e depois você traz alguma
1539 coisa que tiver. E a gente vai para os encaminhamentos finais da reunião.”
1540 Conselheiro Professor Geraldo Tadeu Rezende Silveira: “Sr. Presidente,
1541 gostaria de parabenizar todo o pessoal do IEF, mas não poderia deixar de
1542 me manifestar em relação aos problemas técnicos que realmente
1543 prejudicaram a compreensão da fala do IEF. A diligência vem em boa hora,
1544 mas também, se na próxima reunião persistirem os problemas técnicos, eu
1545 vejo que permanecerá esse problema de compreensão dos Conselheiros,
1546 inclusive prejudicando a própria votação. Obrigado.” Presidente Suplente
1547 José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheiro. De fato, é importante
1548 a gente resolver essa questão para ter clareza e todas as falas serem
1549 compreendidas pelo conselho para ter condições de votar com a devida
1550 segurança e clareza quanto a situação. Felipe, pode falar, por gentileza.”
1551 Felipe, Representante do Empreendedor: “Obrigado, Sr. Presidente, pela
1552 palavra. Vou ser breve. Em razão dos princípios condicionais do
1553 contraditório e da ampla defesa, do artigo 5º, inciso 55, da Constituição,
1554 requeiro humildemente a Vossa Excelência a apreciação de que essa
1555 defesa também possa, a exemplo do IEF, trazer esclarecimentos por
1556 escrito, fazer todos os recursos inerentes a isso, porque eu penso que é
1557 um caso extremamente complexo. Como eu disse no início da minha fala,
1558 *sui generis*, particular, com muitas especificidades. E os senhores e
1559 senhoras, Conselheiros e Conselheiras, de fato, necessitam de todos os
1560 esclarecimentos para que possam julgar com imparcialidade e justiça. Que
1561 seja franqueado também à defesa a possibilidade de trazer aqui
1562 esclarecimentos, claro que estamos em pontos antagônicos, mas nada
1563 tenho contra o IEF. Estou aqui cumprindo apenas uma função, inclusive o
1564 múnus condicional, que a gente possa ajudar os senhores e senhoras
1565 Conselheiras a julgar bem. Então, que a defesa também seja facultada a
1566 possibilidade de trazer memoriais escritos, que a defesa também possa
1567 trazer esclarecimentos para contrapor alguns argumentos, que em nosso
1568 entendimento, são contraditórios ao que foi dito pelo IEF. Fica esse



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1569 encaminhamento aqui para que na próxima sessão seja dada a palavra à
1570 defesa. Que a defesa possa se inscrever, possa estar presente e que
1571 também possa trazer apontamentos por escrito aos senhores e senhoras,
1572 Conselheiros e Conselheiras. É esse o pedido. Muito obrigado.” Presidente
1573 Suplente José Augusto Dutra Bueno: “Felipe, só para lhe esclarecer, o
1574 próprio formato da decisão do conselho, a forma de funcionar o conselho
1575 do COPAM, Unidade Regional Colegiada, ela já segue essas premissas de
1576 ampla defesa e o contraditório. E, uma vez publicados os relatórios de
1577 vistados Conselheiros que pediram vista, vocês também vão ter acesso.
1578 Fica público no endereço eletrônico da SEMAD, do COPAM. Vocês vão ter
1579 acesso ao que eles estão trazendo. E na reunião, assim não só para vocês,
1580 não só para o interessado direto do processo, à parte, isso também é
1581 facultado a qualquer cidadão caso queira se inscrever, fazer uso da
1582 palavra novamente. Isso vai ser assegurado certamente como uma
1583 garantia do regimento, assim como os Conselheiros, a equipe do SISEMA
1584 para que possa esclarecer, para que possa trazer as questões e que o
1585 processo esteja em condição de votar de maneira plena e ouvir todos os
1586 envolvidos, assegurar todos os direitos de manifestação. E, claro, uma vez
1587 que o direito constitucional prevê o direito de petição, caso vocês queiram,
1588 vocês podem peticionar junto ao órgão que nós vamos avaliar o que vocês
1589 tiverem, de fato, novo. Lembrando que o prazo recursal para apresentar a
1590 defesa e recurso, ele já teve uma preclusão processual, contudo é
1591 assegurado a ampla defesa e o contraditório para vocês fazerem o uso da
1592 palavra na reunião e, caso vocês queiram trazer alguma questão, digamos,
1593 de ordem pública, não é em sentido estrito, mas algo, a ideia seria mais ou
1594 menos essa, igual um meio relevante, isso nós vamos considerar
1595 certamente e vamos também, temos o dever, o SISEMA tem o dever de
1596 trazer um esclarecimento ou responder essa indagação. Está bom, Felipe?
1597 Vocês podem ficar tranquilos que vai ser assegurado o direito de
1598 participação de fala de todos que estão relacionados, a parte, o
1599 empreendedor, o conselho. Só para poder esclarecer como funciona a
1600 ordem dos trabalhos, mas, assim, não estamos acolhendo memoriais



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1601 escritos, no sentido estrito, não é o caso, mas vocês têm direito de petição
1602 condicionalmente assegurado para qualquer órgão do SISEMA. Importante
1603 que a própria representante do IEF manteve as portas abertas para ouvir
1604 qualquer um dos interessados, sem prejuízo do momento oportuno para
1605 ter o debate na reunião. E cada um poder falar e fazer uso das suas
1606 considerações. Tudo bem?” Dr. Felipe, Advogado Sr. Tiago: “Perfeito, Sr.
1607 Presidente. Muito obrigado.” **8. ENCERRAMENTO.** Presidente Suplente
1608 José Augusto Dutra Bueno: “Nós já tivemos encaminhamentos para todos
1609 os itens da pauta, eu passo a palavra para o Conselheiro para que na
1610 próxima reunião a gente não tenha problema de ordem técnica. A gente
1611 sabe que com a tecnologia tem alguns imprevistos. Até, além da parte do
1612 ser humano, algumas coisas que acontecem, mas, certamente, é
1613 importante uma condição favorável para que o debate e a clareza das falas
1614 permitam a compreensão. Agradeço a presença de todos, a contribuição
1615 de todos os Conselheiros, todos que participaram dessa reunião. Sim,
1616 Conselheiro.” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Talvez eu tenha perdido a
1617 resposta na reunião, o item 6.1 a gente já deliberou sobre ele?”
1618 Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Exatamente.” Presidente Suplente
1619 José Augusto Dutra Bueno: Conselheiro Lucas, do Ministério Público. Nós
1620 fizemos uma leitura de todos os itens da pauta. O item 5 teve dois
1621 destaques, o item 6 nenhum inscrito, então uma vez que o item 6.1 não
1622 tinha destaques ou inscritos, ele já foi votado inicialmente. Tem o registro.
1623 A gente ouviu cada um dos Conselheiros e, posteriormente, a gente
1624 abordou o item 5.1, houve baixa em diligência, e esse item agora teve
1625 pedido de vista.” Conselheiro Lucas Silva e Greco: “Não estava me
1626 recordando do item 6.1, mas agora que o senhor falou, eu lembro que eu
1627 me absteve. Agora estou recordando. Desculpa.” Presidente Suplente José
1628 Augusto Dutra Bueno: “Obrigado. Sim, Edécio, pode falar.” Conselheiro
1629 Edécio José Cançado Ferreira: “José Augusto, eu só queria cumprimentá-
1630 lo. Você conduziu essa reunião com uma serenidade, com uma maestria
1631 muito grande. Parabéns. Continue assim e nossas reuniões serão sempre
1632 produtivas e profícuas. A você e toda a equipe que o assessorou, um



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 153ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de abril de 2022

1633 grande abraço.” Presidente Suplente José Augusto Dutra Bueno:
1634 “Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Júlio, o senhor levantou a mão
1635 também?” Conselheiro Júlio César de Oliveira: “Sim, Presidente. Eu só
1636 queria fazer um pedido à equipe da SEMAD. No cerne desse processo que
1637 está com vista foi citada uma questão que poderia conduzir, inclusive a um
1638 cálculo de prescrição intercorrente, se possível, que juntasse um relatório
1639 dessa primeira penalidade que foi aplicada, foi remida para o Sr. Tiago, a
1640 gente poderia fazer uma análise melhor desses prazos, dessa situação
1641 prescricional que foi levantada, por favor. Obrigado.” Presidente Suplente
1642 José Augusto Dutra Bueno: “Obrigado, Conselheiro. Fica registrado a sua
1643 consideração. Acredito que até pelo próprio pleito deles, um ponto
1644 interessante de ser verificado quanto a aplicabilidade de atenuantes, se for
1645 o caso. Também importante sanar esse ponto, porque, ainda mais que o
1646 empreendedor trouxe uma questão, e se for o caso de manter depois o
1647 auto, eu acho que esse ponto era também importante de ter um
1648 esclarecimento. Conselheiro, obrigado. Se ninguém tiver mais alguma
1649 consideração, a gente encerra essa reunião. Agradeço a todos. Foi uma
1650 reunião um pouco complexa, mas agradeço a paciência, a contribuição de
1651 cada um. Desejo um bom restante de tarde. Bom descanso para vocês. E
1652 um bom feriado. Tudo de bom.”

1653

1654

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

José Augusto Dutra Bueno

Presidente Suplente da URC Alto São Francisco